

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Alterações significativas	25
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	26

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	27
10.2 - Resultado operacional e financeiro	45
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	52
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	55
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	58
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	59
10.8 - Plano de Negócios	60
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia não possui política formal estruturada para o gerenciamento de riscos de mercado, mas adota todas as medidas de controles necessárias para mitigar os possíveis riscos de mercado inerentes ao seu negócio.

- b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

Apesar de não possuir uma política formal de gerenciamento de riscos, a Companhia adota diversas medidas para mitigar os riscos aos quais possa estar exposta.

- i) Riscos para os quais se busca proteção**

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles citados no item 4.1:

- Riscos relacionados ao emissor;
- Riscos relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;
- Riscos relacionados aos seus acionistas;
- Riscos relacionados às suas controladas e coligadas;
- Riscos relacionados aos seus fornecedores;
- Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue;
- Riscos relacionados às questões socioambientais.

- ii) Os instrumentos utilizados para proteção**

Riscos relacionados ao emissor ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;

Para mitigar o risco de não conseguir responder de forma rápida às mudanças nas tendências da moda e preferências do consumidor, a Companhia adotou como modelo de negócio o Fast Fashion, ou seja, uma cadeia totalmente integrada que permite a rápida reposição de mercadorias de acordo com a demanda da loja.

Além disso, há um Departamento de Produto e um de Estilo, que são responsáveis por trazerem aos nossos consumidores, as referências e tendências da moda mundial.

Para mitigar o risco de uma redução no ritmo de crescimento, a Companhia possui uma estrutura que opera em diversas frentes: a área de Business Intelligence estuda o potencial de crescimento das áreas onde a Companhia pretende abrir novas lojas. O departamento de Expansão é responsável por sempre buscar novas oportunidades para aberturas de lojas, bem como pelo relacionamento com os empreendedores. O Marketing, além de ações promocionais para fidelizar clientes, promove parcerias com estilistas, blogueiras e formadores de opinião para atrair diferentes públicos. Além dessas ações, a Companhia ainda oferece o cartão embandeirado como forma de fidelizar seus clientes.

Por fim, para mitigar o risco de indisponibilidade de sistemas críticos à operação, o departamento de Tecnologia da Informação possui uma estrutura com dedicação integral à manutenção e funcionalidade desses sistemas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos relacionados a seus acionistas

Para mitigar o risco de escassez de recursos, a companhia busca diversificar suas fontes, obtendo estes recursos não apenas através do BNDES, mas também através de outros bancos privados.

Riscos relacionados à suas controladas e coligadas

Para mitigar o risco de incapacidade de abrir novas lojas, a Companhia possui o Departamento de Expansão que, conforme citado anteriormente, é responsável pela busca contínua de novas oportunidades e novos mercados para abertura de lojas. Quanto ao risco de incapacidade de aumentar o fluxo nas lojas existentes, o departamento de Marketing, além de ações promocionais para fidelizar clientes, promove parcerias com estilistas, blogueiras e formadores de opinião para atrair diferentes públicos. Além dessas ações, a Companhia ainda oferece o cartão embandeirado como forma de fidelizar seus clientes.

Riscos relacionados aos seus fornecedores

A Companhia possui um departamento de Relacionamento com Fornecedores, que não apenas faz auditoria em nossos fornecedores, mas também garante que todos eles possuam a Certificação e Qualificação da ABVTEX.

Riscos relacionados aos seus clientes

A companhia possui um processo composto por três grandes fluxos que mitigam o risco de inadimplência de clientes: modelo de credit scoring para análise de concessão de crédito; ferramenta estatística, behaviour scoring que avalia periodicamente o aumento ou redução no risco de inadimplemento e ferramenta específica destinada à prevenção e detecção de fraudes.

Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Para mitigar o risco da concorrência crescente, a Companhia busca sua diferenciação no mercado através de ações inovadoras, como a adoção do Fast Fashion como seu modelo de negócio, além das parcerias com grifes de luxo e estilistas renomados, que conseguem atrair para as lojas um universo maior de consumidores.

Para mitigar os riscos de ciclos econômicos desfavoráveis, a Companhia adota a diversificação das formas de pagamento, que visa reduzir os efeitos de uma eventual redução no poder de compra dos consumidores.

Riscos relacionados às questões socioambientais

A Companhia busca sempre atender aos requisitos legais aplicáveis às suas atividades, garantindo assim a obtenção regular de todas as licenças necessárias e exigidas pelos órgãos responsáveis.

Nas fábricas de Natal, a água utilizada nos processos de tingimentos das peças é tratada antes do seu retorno ao meio ambiente, eliminando todos os componentes químicos prejudiciais. A fábrica de Fortaleza possui uma estação de tratamento de água, que prepara a água para sua reutilização em novos processos de tingimento das peças.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Nas lojas, as sacolas distribuídas são oxibiodegradáveis e tem como diferencial a decomposição em períodos muito menores quando comparados ao tempo de decomposição de uma sacola comum.

No âmbito social, a Companhia conta com a área de Relacionamento com Fornecedores, que é responsável por auditar todos os nossos fornecedores e exigir que tenham a Certificação e Qualificação da ABVTEX. Dessa forma, é possível garantir que não serão estabelecidas relações comerciais com fornecedores que se utilizem de trabalho infantil ou análogo ao escravo.

iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não há uma estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. No entanto, conforme citado no item “ii”, algumas estruturas da empresa são responsáveis por ações que evitam os riscos aos quais a Companhia possa estar exposta.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que os controles internos apresentam alto grau de eficiência, qualidade, precisão e confiabilidade para a dinâmica de suas atividades e volume dos seus negócios. Por essa razão, a Administração acredita estar preparada para prevenir e detectar eventuais problemas e, também, fazer os ajustes que se julguem necessários nos procedimentos dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia não possui política formal estruturada para o gerenciamento de riscos de mercado, mas adota todas as medidas de controles necessárias para mitigar os possíveis riscos de mercado inerentes ao seu negócio.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i) riscos para os quais se busca proteção**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

- ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Risco Cambial

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais.

A controlada Lojas Riachuelo possui empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro e para tais empréstimos a Companhia contratou operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “Swap”.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes.

Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada Lojas Riachuelo têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e não são utilizados para fins especulativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o Marked-to-Market (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos trimestralmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica a contabilidade de hedge.

iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**Risco Cambial**

O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2016, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

Taxa	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
US\$	1,64	2,46	3,28	4,10	4,92

CONSOLIDADO

		Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
Operação	Moeda		Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Passivos:							
Fornecedores - Estrangeiros	3,35	112.401	(57.375)	(29.862)	(2.349)	25.164	52.677
Empréstimos e financiamentos	3,35	562.511	(287.132)	(149.443)	(11.754)	125.935	263.625
Instrumentos financeiros Derivativos	3,35	152.174	(77.677)	(40.428)	(3.180)	34.069	71.317
Resultado:							
Variação cambial ativa			(422.184)	(219.733)	(17.283)	-	-
Variação cambial passiva			-	-	-	185.168	387.619
Impacto no Resultado			(422.184)	(219.733)	(17.283)	185.168	387.619

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**CONSOLIDADO**

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	CDI	12,90%	519.112	7.994	11.991	15.988	19.984	23.981
Títulos e valores mobiliários	SELIC	10,86%	336.951	4.399	6.598	8.798	10.997	13.196
Total			856.063	12.393	18.589	24.786	30.981	37.177
Passivos:								
Empréstimos - TJLP	TJLP	7,50%	471.803	4.304	6.456	8.608	10.760	12.912
Empréstimos - CDI	CDI	12,90%	123.399	1.900	2.850	3.800	4.751	5.701
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	613	3	5	7	8	10
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	577	4	5	7	9	11
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	8.894	60	90	120	150	180
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	36.579	136	203	271	339	407
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	27.192	117	176	235	294	352
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	2.572	13	19	25	32	38
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	198	1	1	1	2	2
Debêntures	CDI	15,29%	201.326	3.644	5.466	7.288	9.111	10.933
Total			873.153	10.182	15.271	20.362	25.458	30.547
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				12.393	18.589	24.786	30.981	37.177
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(10.182)	(15.271)	(20.362)	(25.458)	(30.547)
Impacto no Resultado				2.211	3.318	4.424	5.523	6.630

Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 636.562 (R\$ 644.072 em 31 de dezembro de 2015), para cobrir os riscos de crédito.

A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de aluguéis das lojas com vencimentos superiores á 90 dias no valor de R\$ 1.108 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2015). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas as negociações amigáveis foram concluídas, estão sendo cobrados através de ações judiciais com os riscos de despejos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Valor Contábil	Controladora				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	43.440	43.440	-	-	-	43.440
Empréstimos e Financiamentos	8.653	4.165	2.822	2.117	-	9.104
Partes relacionadas	217.084	217.084	-	-	-	217.084
	<u>269.177</u>	<u>264.689</u>	<u>2.822</u>	<u>2.117</u>	<u>-</u>	<u>269.628</u>

Operação	Valor Contábil	Consolidado				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	379.403	379.403	-	-	-	379.403
Fornecedores - "Confirming "	74.481	74.481	-	-	-	74.481
Empréstimos e Financiamentos	1.234.338	992.344	299.804	502.658	37.625	1.832.431
Instrumentos Financeiros Derivativos	152.174	152.174	-	-	-	152.174
Debêntures	201.326	99.517	88.567	77.617	-	265.701
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	154.978	36.651	39.012	132.240	-	207.903
Partes relacionadas	217.084	217.084	-	-	-	217.084
	<u>2.413.784</u>	<u>1.951.654</u>	<u>427.383</u>	<u>712.515</u>	<u>37.625</u>	<u>3.129.177</u>

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Administração da Companhia monitora e avalia se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas.

O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) Práticas relativas aos controles internos

A Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras. Por essa razão, na opinião da Administração, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente o resultado das operações e nossa situação patrimonial e financeira.

b) Estrutura de gerenciamento, órgãos da administração envolvidos, responsabilidade e relacionamento.

A Companhia possui um departamento de auditoria interna que efetua periodicamente procedimentos em determinadas áreas da empresa, com o objetivo de avaliar e aprimorar os controles internos.

c) Como o grau de eficiência dos controles internos é supervisionado e reportado dentro da organização, indicando o cargo das pessoas responsáveis.

As eventuais deficiências são monitoradas e reportadas periodicamente pela gerência de auditoria interna aos gerentes e diretores responsáveis.

d) Deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**Grupo Guararapes****Deficiências Significativas (DS)**

Classificação		Sequencial	Aplicação	Observação	Possível impacto	Recomendação	Benefício da recomendação	Comentário e plano de ação da administração
2016	2015							
DS	N/A	1	Guararapes Confeções	<p>Verificamos que a Companhia constituiu IRPJ e CSLL Diferidos ativos no montante de R\$ 5.462 mil sobre adição de Parcela de Mais Valia referente a itens não controlados em subconta e realizada em 01/01/2015 em atendimento à adoção inicial da Lei nº 12.973/2014.</p> <p>Existem argumentos para o posicionamento da Companhia, porém nosso entendimento é de que tal adição é de natureza permanente, não ensejando, portanto, a possibilidade de constituição de impostos diferidos sobre o montante em referência.</p>	Demonstração inadequada dos saldos contábeis.	Recomendamos que a Companhia analise a melhor forma de contabilização de tais valores, visto que existem argumentos para o entendimento da empresa, contudo pode haver o questionamento de que não se trataria de uma diferença temporária.	Demonstração adequada dos saldos contábeis.	O entendimento da administração é que deva ser reconhecido o IRPJ e CSLL diferido de acordo com a realização da depreciação da mais valia. Será um ponto de discussão em 2017 de como será a forma mais adequada de contabilização sem que tenhamos algum questionamento fiscal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**Lojas Riachuelo S.A.****1 Deficiências de controles identificadas pela auditoria**

Classificação		Seq.	Observação	Possível Impacto	Recomendação	Comentário e Plano de Ação da administração
2016	2015					
DS	DS	1	<p>Inexistência de política e aprovação dos lançamentos manuais</p> <p>A Companhia não possui qualquer política de controle de lançamentos manuais. Verificamos que os funcionários do departamento de contabilidade possuem acesso e permissão para executar um lançamento manual no sistema, não existindo quaisquer bloqueios sujeitos a aprovação e nem formalização escrita de autorização de lançamento por parte do gestor, fazendo com que o sistema fique vulnerável a inserção de lançamentos incorretos.</p>	<p>Possível distorção nos saldos contábeis acarretados por lançamentos manuais incorretos no sistema bem como maior vulnerabilidade à fraudes.</p>	<p>Recomendamos que a Companhia defina e passe a aplicar uma política para lançamentos manuais, definindo perfis de acessos diferenciados aos funcionários da contabilidade, bloqueios automáticos do sistema para que o lançamento esteja sujeito a aprovação do gestor responsável, formalização escrita do motivo lançamento assinada pelo gestor responsável.</p>	<p>98% dos lançamentos manuais são incluídos para que um pagamento possa ser realizado e todos os pagamentos que a empresa realiza, independente do valor passam pelo workflow de aprovação e são aprovados pelo gerente da área responsável pelo pagamento e diretor da área. Estamos paralelamente a isso com uma demanda aberta junto a TI para a apresentação de um relatório que nos apresente todos estes lançamentos para darmos a “ciência” dentro da Contabilidade.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**2 Deficiências identificadas pela equipe de Impostos**

Classificação		Seq.	Observação	Possível impacto	Recomendação	Comentário e plano de ação da administração
2016	2015					
DS	N/A	1	<p>Diferença na constituição de IR e CS Diferidos</p> <p>Em relação ao ano-calendário 2015, para adequação das apurações de IRPJ e CSLL ao disposto na Lei nº 12973/2014, a empresa realizou a retificação de sua apuração, a fim de demonstrar os ajustes decorrentes de diferença de taxa entre a depreciação fiscal e a societária em conformidade com o controle individualizado por item do ativo e criação de subcontas correspondentes. Tais modificações alteraram o montante das diferenças temporárias e, conseqüentemente, o valor do prejuízo fiscal/base negativa de CSLL do ano-calendário de 2015, de modo que os saldos contábeis das contas de IRPJ e CSLL (diferidos ativo e passivo) deveriam também ter sido alterados, o que não ocorreu.</p> <p>Ademais, a Sociedade não considera a tributação dos valores referentes às operações de Swap pelo regime de caixa e, portanto, não constitui IRPJ e CSLL diferidos passivos sobre os ajustes decorrentes das diferenças encontradas entre o montante contabilizado e o efetivamente liquidado no período.</p>	O efeito das diferenças apresentadas é essencialmente patrimonial (entre diferidos ativos e passivos).	<p>Recomendamos o ajuste dos saldos contábeis das contas de IRPJ e CSLL (diferidos ativo e passivo) de modo a refletir o impacto decorrente da reapuração de 2015 para adequação à Lei nº 12973/2014 e também dos ajustes de Swap.</p> <p>Tal procedimento visa refletir a apresentação adequada dos saldos contábeis nas demonstrações financeiras da empresa, em atendimento às boas práticas.</p>	Estamos fazendo a adequação necessária para correção em 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

3 Deficiências de controles identificadas pela auditoria de sistemas

Classificação		Seq.	Observação	Possível Impacto	Recomendação	Comentário e Plano de Ação da administração
2016	2015					
OD	DS	1	<p>Deficiência sobre o controle de revogação de acesso a sistemas/aplicativos.</p> <p>:: Observação :: Identificamos a existência de 97 usuários com acesso ativo após a data de seu desligamento da empresa conforme descrição abaixo: Sistema SAP: identificamos a existência de 16 usuários pertencentes a funcionários já desligados e com acesso ativo. Destes usuários, observamos que 12 realizaram acesso após a data de seu desligamento. Todos os usuários identificados são da empresa Riachuelo. Sistemas SICC/MF: identificamos a existência de 45 usuários pertencentes a funcionários já desligados e com acesso ativo aos sistemas, entretanto não houve realização de acesso após a data de desligamento, sendo: 1 usuário Midway; 44 usuários Riachuelo. Sistema SIPF: identificamos a existência de 36 usuários pertencentes a funcionários já desligados e com acesso ativo ao sistema, entretanto não houve realização de acesso posterior a data de desligamento, sendo todos funcionários da Riachuelo.</p> <p>Update</p>	A existência de usuários desligados com acessos ativos no sistema aumenta o risco de ocorrerem erros e/ou fraudes em função de acessos indevidos. Dentre os riscos relacionados estão: acesso às aplicações pelo usuário após o desligamento e/ou utilização do usuário por outros colaboradores que tenham acesso à senha para execução de ações no sistema.	Recomendamos que o processo de revogação dos acessos às aplicações seja revisado para que todos os bloqueios nas aplicações ocorram de forma tempestiva.	Está em transição para a Auditoria Interna o processo de gestão de acessos aos sistemas. A Transição deverá ocorrer durante o ano de 2017. Para isso, a auditoria interna depende das ações de TI e Governança de TI para que a transição ocorra conforme cronograma a ser definido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			<p>Durante a realização dos testes de update (Julho a Dezembro de 2016 - year end) identificamos o seguinte cenário:</p> <p>Sistemas SIPF: identificamos a existência de 26 usuários pertencentes a funcionários já desligados e com acesso ativo aos sistemas, porém não houve realização de acesso após a data de desligamento, sendo todos usuários da empresa Riachuelo (Vide anexo I ao final).</p>			
OD	DS	2	<p>Ausência de Revisão dos Perfis de Acessos dos sistemas SICC/MF, SIPF, MATERA, SAP e PDVR.</p> <p>:: Observação ::</p> <p>Observamos a ausência de procedimento para revisão dos perfis de acesso dos usuários nos sistemas SIPF, MATERA, SAP e PDVR durante a realização dos testes no período de Interim, que compreendeu de Janeiro a Junho de 2016.</p> <p>Update</p> <p>Em 07 de Novembro de 2016, realizamos reunião com os Srs. Fernando Rossetto Mielli e Heloneyda Quintas Amaral, Analistas de Segurança da Informação, não identificamos a existência de mudanças nos procedimentos de gestão de acessos ao ambiente de rede e às aplicações desde a fase de testes do Interim, que cobriu o período de Janeiro a Junho de 2016.</p>	<p>A ausência de revisão dos perfis de acesso aumenta o risco de existirem usuários com acessos a funções conflitantes e/ou transações em desacordo com suas respectivas responsabilidades.</p>	<p>Recomendamos que seja realizada uma análise periódica dos perfis de acesso (ex. semestral) dos sistemas bem como dos acessos dos usuários, em conjunto com os gestores das áreas de negócio, com o objetivo de identificar eventuais conflitos relacionados à segregação de funções e evitar acessos indevidos a transações críticas.</p>	<p>PDVR</p> <p>Hoje há sim um procedimento de controle dos acessos ao sistema de PDVR. Os acessos para os operadores de caixa são cadastrados somente pelas chefias de lojas, líder administrativo e líder de caixa, as demais tratativas de acessos quando na mudança de cargos ou mudanças de lojas, são realizadas conosco por e-mail obrigatoriamente, pois há uma trava no sistema quando ocorre essa situação.</p> <p>Existe também um projeto de “revisão dos perfis” ao qual citei anteriormente, que visa automatizar os controles que hoje são realizados manualmente pelo auditor.</p> <p>SAP</p> <p>Parecer dado em Set/2016 e o status permanece o mesmo:</p> <p>Estamos avaliando alguns recursos para lidarmos com os riscos de maneira confiante, através de funções analíticas que podem nos gerar relatórios de monitoramento (Solução GRC)</p> <p>Enquanto não iniciamos um projeto de</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

						revisão de perfis; Demais Sistemas Está em transição para a Auditoria Interna o processo de gestão de acessos aos sistemas (Incluindo PDVR). A Transição deverá ocorrer durante o ano de 2017. Para isso, a auditoria interna depende das ações de TI e Governança de TI para que a transição ocorra conforme cronograma a ser definido.
OD	DS	7	Fragilidade na gestão dos usuários privilegiados e configurações dos bancos de dados Oracle e SQL. Observamos fragilidades na gestão dos usuários e configurações dos bancos de dados Oracle e SQL, conforme descrito abaixo: 1) Não identificamos trilhas de auditoria ativas para as atividades efetuadas pelos DBAs, bem como a respectiva revisão dos logs de alteração (Parâmetro IS_State_Enable = "o" para SQL). 2) Identificamos usuários genéricos no banco de dados sem respectivo monitoramento e/ou controles específicos de acesso (Ex: senha em cofre, dupla custódia, etc.). 3) Usuários podem efetuar gestão (alteração) de logs no banco de dados Oracle (Administração feita através do SYS/SYSTEM). Update Verificamos que não foram implementados logs de auditoria com respectivo controle de	A ausência de logs/monitoramento das atividades realizadas pelos DBAs aumenta o risco de ocorrerem possíveis alterações em informações contábeis, financeiras ou operacionais realizadas diretamente nas tabelas dos bancos de dados, através de acessos indevidos/não autorizados, comprometendo a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações da companhia.	Recomendamos as seguintes ações para os aspectos identificados: a) Recomendamos que seja avaliada possibilidade de implementação das trilhas de auditoria nos bancos de dados, pelo menos para as tabelas mais críticas das bases de dados; b) Recomendamos que seja implementado o controle de monitoramento das atividades realizadas diretamente nos bancos de dados de forma detectiva e tempestiva, que deve focar nas atividades mais críticas realizadas pelos administradores como, por exemplo, alteração e criação de dados relevantes; c) Criação de usuários nominais para colaboradores com funções de administrador do banco de dados. Para os usuários ativos do banco e/ou genéricos, recomendamos que seja providenciada a salvaguarda das senhas de forma segura (ex.	Refere-se ao item "Configurações indevidas no banco de dados Oracle e SQL" conforme relatório do 1. Semestre de 2016. Pontos a e b : Será criado logins nominais para cada DBA ativando trilha e auditoria para estes logins nominais para DML (INSERT, UPDATE, DELETE). Responsável : DBA. Prazo :Maio/2017 Ponto c : Levantamento e extração dos usuários nominais com funções de administrador de banco de dados e usuários genéricos de aplicação. Responsável : levantamento e extração – DBA. Prazo : Maio/2017

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			revisão/monitoramento.		guarda em cofre), incluindo troca de senha após a utilização (que deve ser solicitada e justificada) e controle de acesso a estes usuários via chamado.	
DS	DS	11	<p>Falha na gestão dos usuários com perfis privilegiados para executar alterações via SE16N e/ou comando &SAP_EDIT.</p> <p>:: Observação - Interim (Janeiro a Junho de 2016) :: (A-06.3 - Teste) Identificamos usuários com perfis privilegiados para executar alterações em tabelas de produção via "SE16N" e "&SAP_EDIT". Dentre estes, identificamos que 28 pertencem às áreas de negócio, 5 são usuários genéricos do tipo "Dialog" e 5 são usuários genéricos do tipo "Service". Genéricos "Dialog": ECOMEX, OPERADOR, FAST1, MM01, MM02 Genéricos "Service": ANAPRO, OSB_RDE, OSB_WORKFLOW, Z_ALOC_WEB e Z_CAD_WEB Adicionalmente, não identificamos controle formal de monitoramento das atividades executadas por estes usuários. :: Observação - Roll Forward (Julho a Dezembro de 2016) :: (A-06.3 - Teste) Identificamos usuários com perfis privilegiados para executar alterações em tabelas de produção via "SE16N" e "&SAP_EDIT". Dentre estes, identificamos que 6 pertencem às áreas de negócio e 03 são genéricos dos tipos "Dialog" e "Service". Usuários de Áreas de Negócio: ANDREFG, CAMILAA, GFSOUZA, IEDAS, KARINAG,</p>	<p>Alterações efetuadas diretamente em tabelas de produção aumentam o risco de fraudes ou erros relacionados a atividades indevidas ou não autorizadas. Utilização de usuários genéricos dificulta a identificação dos responsáveis pelas atividades executadas.</p>	<p>Recomendamos que o acesso para alterações de tabelas via SAP (SE16N) seja restrito, de forma que, estas alterações no ambiente de produção sejam evitadas. Caso tenha necessidade de efetuar algum procedimento, recomendamos que seja criado um processo formal de aprovação prévia pelos devidos responsáveis (De acordo com alçadas), monitoramento da alteração e revisão dos dados alterados após o procedimento.</p>	<p>Conforme Plano de Ação do 1. Semestre de 2016, "Quanto aos acessos via SE16N e SAP_EDIT Os acessos serão revisados enquanto não iniciado o projeto de revisão de Perfis..</p> <p>As alterações estão sendo controlados via função zsap_se16n para usuários de sistemas (*)"</p> <p>Confirmar se os usuários de Áreas de Negócio: ANDREFG, CAMILAA, GFSOUZA, IEDAS, KARINAG, MALAQUI possuem este acesso e endereçar para revisão pela Auditoria. Responsáveis : verificação – SAP BASIS. Prazo : Maio/2017, Revisão – Auditoria. Prazo : a definir</p> <p>Para os usuários abaixo foi retirado os acessos : Genérico Service: ANAPRO Genéricos Dialog: MM01, OPERADOR</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			<p>MALAQUI</p> <p>Genérico Service: ANAPRO</p> <p>Genéricos Dialog: MM01, OPERADOR</p> <p>Adicionalmente, não identificamos controle formal de monitoramento das atividades executadas por estes usuários.</p>			
DS	OD	12	<p>Falha na gestão dos usuários com permissão para execução de programas diretamente no ambiente de produção do SAP (Bypass nas TCodes).</p> <p>:: Observação - Interim (Janeiro a Junho de 2016) :: (A-03 - Teste) Identificamos a existência de 11 usuários genéricos com permissão para execução de programas no sistema SAP (5 "Dialog" e 6 "Service"). Adicionalmente, identificamos 23 usuários com esta permissão que não pertencem ao departamento de TI.</p> <p>:: Observação - Roll Forward (Julho a Dezembro de 2016) :: (A-03 - Teste) Identificamos a existência de 6 usuários genéricos com permissão para execução de programas no sistema SAP (4 "Dialog" e 2 "Service"). Adicionalmente, identificamos 40 usuários com esta permissão que não pertencem ao departamento de TI.</p>	<p>Usuários com permissão para execução de programas diretamente no ambiente de produção sem a utilização das T-Codes ("ByPass S_TCODE") aumentam o risco de ocorrerem erros e/ou fraudes em função de alterações indevidas. Adicionalmente, a existência de usuários genéricos dificulta a identificação dos responsáveis pelas ações executadas.</p>	<p>Recomendamos que os acessos para execução de programas no ambiente de produção seja restrito aos colaboradores com alçada competente. Adicionalmente, sugerimos que seja feita revisão dos usuários genéricos com o objetivo de verificar se há possibilidade de substituí-los por usuários nominais.</p>	<p>Conforme Plano de Ação do 1. Semestre de 2016, "Solicitado maiores informações para a PWC, porém até o momento não foi respondido. "</p> <p>Obter maiores esclarecimentos com PWC sobre "Bypass nas TCodes" e como identificou o gap de 6 usuários genéricos (4 Dialog e 2 Service).</p>
DS	DS	19	<p>(ITGC) Usuários não elegíveis com acesso a aprovação de pedidos de compra.</p> <p>Identificamos usuários não elegíveis com acesso à aprovação de pedidos de compra – total de 178 usuários – vide</p>	<p>A existência de colaboradores sem alçada competente para aprovação de pedidos de compra aumenta o risco de erros/fraudes relacionadas às compras</p>	<p>Recomendamos que os acessos dos colaboradores nas aplicações sejam revistos, de forma que, as atividades estejam restritas de acordo com as alçadas definidas pela companhia.</p>	<p>Será necessário que a PwC nos passe as transações que fazem referência a esse acesso para que possa retirá-los ou justificar o motivo de terem a permissão.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			anexo VII.	indevidas (Não aplicadas ao negócio da empresa, com valor indevido, com beneficiamento de fornecedores inadequados, etc.).		
DS	DS	20	(ITGC) Usuários não elegíveis com acesso a alteração manual do custo dos materiais. Identificamos usuários não elegíveis com acesso para alteração manual do custo dos materiais – Total de 342 usuários – Vide anexo VIII.	A existência de colaboradores sem alçada competente para alteração manual dos custos aumenta o risco de erros e/ou fraudes relacionadas à manipulação dos dados da companhia.	Recomendamos que os acessos dos colaboradores nas aplicações sejam revistos, de forma que, as atividades estejam restritas de acordo com as alçadas definidas pela companhia.	Sera necessário que a PwC nos passe as transações que fazem referência a esse acesso para que possa retirá-los ou justificar o motivo de terem a permissão.
DS	DS	21	(ITGC) Ausência de Segregação de Funções (Cadastro de fornecedores e Processamento de faturas). Identificamos um total de 258 usuários com acesso às funções conflitantes de cadastro de fornecedores e processamento de faturas – usuários vide anexo IX.	A existência de colaboradores com acesso à funções conflitantes aumenta o risco de fraudes relacionadas à manipulação dos dados da companhia.	Recomendamos que seja feita uma análise periódica dos acessos aos sistemas bem como dos acessos dos usuários, em conjunto com os gestores das áreas de negócio, com o objetivo de identificar eventuais conflitos relacionados à segregação de funções e evitar acessos indevidos às transações críticas.	Sera necessário que a PwC nos passe as transações que fazem referência a esse acesso para que possa retirá-los ou justificar o motivo de terem a permissão.
DS	DS	22	(ITGC) Ausência de Segregação de Funções (Contagem e Registro da diferença de inventário). Identificamos um total de 251 usuários com acesso às funções conflitantes de efetuar contagem e registrar as diferenças – usuários via anexo X.	A existência de colaboradores com acesso à funções conflitantes aumenta o risco de fraudes relacionadas à manipulação dos dados da companhia. Neste caso, possibilita eventuais desvios de materiais por conta dos colaboradores apresentarem acesso para registro da contagem e da diferença.	Recomendamos que seja feita uma análise periódica dos acessos aos sistemas bem como dos acessos dos usuários, em conjunto com os gestores das áreas de negócio, com o objetivo de identificar eventuais conflitos relacionados à segregação de funções e evitar acessos indevidos às transações críticas.	Sera necessário que a PwC nos passe as transações que fazem referência a esse acesso para que possa retirá-los ou justificar o motivo de terem a permissão.
DS	DS	23	(ITGC) Usuários não elegíveis com acesso criar proposta de recebimento (baixas).	Risco de perda e integridade das informações, alterações indevidas/não autorizadas	Recomendamos que seja feita uma análise periódica dos acessos aos sistemas bem como dos acessos dos usuários, em conjunto com os	Sera necessário que a PwC nos passe as transações que fazem referência a esse acesso para que possa retirá-los ou justificar o motivo de terem a permissão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			Identificamos usuários com acessos excessivos para criação de propostas de recebimento – total de 175 usuários – usuários vide anexo XI.	através de transações de criação de proposta de recebimento (baixas não autorizadas, etc.).	gestores das áreas de negócio, com o objetivo de identificar eventuais acessos indevidos à transações críticas.	
DS	DS	24	(ITGC) Usuários não elegíveis com acesso a realizar pagamentos. Identificamos usuários com acessos excessivos para realização de pagamentos – total de 175 usuários – vide anexo XII.	Risco de perda e integridade das informações, alterações indevidas/não autorizadas (Pagamentos realizados indevidamente e/ou incorretamente).	Recomendamos que seja feita uma análise periódica dos acesso aos sistemas bem como dos acessos dos usuários, em conjunto com os gestores das áreas de negócio, com o objetivo de identificar eventuais acessos indevidos à transações críticas.	Sera necessário que a PwC nos passe as transações que fazem referencia a esse acesso para que possa retirar-los ou justificar o motivo de terem a permissão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento****Deficiências Significativas (DS)**

Classificação		Nº	Observação	Possível Impacto	Recomendação	Comentário e plano da administração
Dez/16	Jun16					
DS	N/A	1	<p>Rever os procedimentos de baixa para prejuízo das operações de crédito.</p> <p>Durante o processo de reconciliação da carteira de crédito em 31.12.2016, identificamos operações que deveriam ter sido baixadas para prejuízo no montante de R\$ 31.904 mil, as quais foram reclassificadas para rubrica de Outros Créditos. Tais operações referem-se a carteira “podre” adquirida da Riachuelo em 2010, pendentes de baixa na contabilidade.</p>	Risco de distorção nas demonstrações financeiras.	Recomendamos que administração efetue a devida baixa de tais montantes e reveja os procedimentos de operações a serem baixadas para prejuízo.	<p>Área: Controladoria Responsável: Eduardo Y.</p> <p>Regularização 31/03/2017</p>
DS	N/A	2	<p>Ausência de revisão nos procedimentos de alterações em eventos contábeis.</p> <p>Durante o processo de alteração da parametrização de eventos contábeis nas contas transitórias da Midway Financeira, a ausência do processo de revisão ocasionou durante o mês de outubro de 2016 a parametrização indevida do evento de baixa de parcelas das obrigações futuras com a Bandeira Visa, resultando em uma divergência de R\$ 10.776 mil (ajuste entre contas de ativos e passivos).</p>	Risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras.	Recomendamos que a administração implemente controles de revisão tempestiva das alterações na parametrização de eventos contábeis.	<p>Área: Controladoria Responsável: Eduardo Y.</p> <p>Regularizado 1º Trimestre 2017</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Classificação		Nº	Observação	Possível Impacto	Recomendação	Comentário e plano da administração
Dez/16	Jun16					
DS	N/A	3	<p>Atentar para os procedimentos de cálculo de ajuste a valor presente da carteira de crédito.</p> <p>Durante os procedimentos de recálculo de ajuste a valor presente da carteira de crédito identificamos uma divergência de R\$ 4.632 mil no período de julho à dezembro de 2016. A divergência refere-se ao produto 53 (empréstimo), as quais encontram-se em análise pela área de TI.</p>	Risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras.	Recomendamos que a administração atente para os cálculos de ajustes a valor presente da carteira de crédito.	<p>Área: Controladoria Responsável: Eduardo Y.</p> <p>Regularizado</p> <p>Data: 31/03/2017</p>
DS	OD	4	<p>Atentar para valores de repasse a seguradoras não baixados</p> <p>Identificamos valores lançados em contas de repasse a seguradoras referentes a diferenças de apuração entre a contabilização do Módulo Financeiro e o valor efetivamente liquidado e baixado para despesa. Em 31 de dezembro de 2016 as diferenças de apuração totalizam R\$ 1.947 mil pendente de destinação para o resultado.</p>	Aumento de saldos no passivo e reversões indevidas	Recomendamos que a administração aprimore os controles de conciliação e estabeleça prazo para solução e identificação de saldos em aberto.	<p>Área: Produtos e Serviços Responsável: Vivian Freitas</p> <p>Identificação do motivo pelo qual o EDW diverge do Modulo Financeiro (Contábil) e regularização.</p> <p>Data:30/08/2017</p>
DS	N/A	5	<p>Atentar a reconhecimento de receita de produtos financeiros fora do período de competência.</p> <p>Ao longo do 2º. Semestre de 2016 foi reconhecido como receita de produtos financeiros o montante de R\$ 1.985 mil, decorrentes de diferenças de apropriação do produto Bolsa Protegida ocorridas entre Janeiro e Junho de 2015.</p>	Risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras.	Recomendamos que a administração efetue o reconhecimento de suas receitas de acordo com seu período de competência.	<p>Área: Controladoria Responsável: Eduardo Y.</p> <p>Não haverá plano de ação – reconhecido como sem impacto contábil.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Classificação		Nº	Observação	Possível Impacto	Recomendação	Comentário e plano da administração
Dez/16	Jun16					
DS	DS	6	<p>Atentar para valores não atualizados no relatório gerencial pendentes de ajuste e/ou reproprocessamento</p> <p>Durante as análises das contas Cosif 1.6 e 1.8 identificamos divergências entre os valores contabilizados e o relatório suporte extraído do sistema SICC, utilizado na reconciliação.</p> <p>Vide detalhe dos casos identificados no anexo III</p>	Risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras.	Envidar esforços para a resolução e a atualização dos valores pendentes de ajuste na posição gerencial, de modo que a mesma reflita o valor contábil.	<p>Área: Controladoria</p> <p>Responsável: Eduardo Y.</p> <p>Abertura de solicitação de solução à TI (documento ideia).</p> <p>Data: 30/06/2017</p>
DS	DS	7	<p>Desenvolver controle de reconciliação entre a posição contábil e a informada na Central de Risco</p> <p>Constatamos durante os testes de reconciliação para a data-base de 31 de dezembro de 2016, ausência de composição analítica para os ajustes realizados entre a Central de Risco e o saldo contábil, sendo que os mesmos são realizados por diferença. 1612000008, 1612000027; 1612000047; 1612000067; 1612000089; 1612000100; 1612000109; 1612000119; 1612000120; 1612000132; 1612000147; 1612000167; 1612000200; 1612000209; 1888010098; 1888010099.</p> <p>Identificamos ainda, saldos em análise pela contabilidade no cosif “1889200099 - - valores de ajuste – carteira de crédito”, decorrente de revisão de processos contábeis na carteira de operações de crédito SIPF.</p>	Prestação de informações incorretas ao Banco Central do Brasil.	Criar controle de reconciliação entre a posição contábil e a informada na Central de Risco.	<p>Área: Controladoria</p> <p>Responsável: Eduardo Y.</p> <p>Projeto 360 que abrange créditos em prejuízo está em fase de finalização.</p> <p>Foi iniciado um projeto de Carteira Ativa a qual prevê a conciliação entre modulo financeiro e sistema de origem.</p> <p>DATA: 30/06/2017</p>
DS	DS	8	<p>Analisar a necessidade de utilização de “contas transitórias”.</p>	Risco de distorção	Rever o roteiro contábil atual e analisar a	Áreas: Controladoria / Cobrança

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Classificação		Nº	Observação	Possível Impacto	Recomendação	Comentário e plano da administração
Dez/16	Jun16					
			A Instituição utiliza inúmeras contas de caráter “transitório”, as quais foram criadas para responder a questões operacionais de determinados processos financeiros. Em teoria, as chamadas “contas transitórias” deveriam ser zeradas ao final de cada período contábil. Todavia, constatamos que grande parte das divergências de reconciliação entre saldos contábeis e de registros auxiliares estão ligadas a esse tipo de conta, em virtude da ausência de resolução das pendências identificadas na posição gerencial, diferenças que se acumulam com o passar do tempo e que apresentam tendência de crescimento.	relevante nas demonstrações financeiras, causada tanto por erro quanto por fraude.	necessidade de se manter a quantidade corrente de “contas transitórias”. Desenvolver controles de reconciliação tempestiva dessas contas e criar política que defina o tratamento contábil a ser adotado em caso de pendências que ultrapassem um certo número de dias sem a devida resolução. Adicionalmente, alinhar cronograma realista com a área de TI para que realizem trabalhos e correções necessários nos relatórios auxiliares vinculados às contas transitórias.	Eduardo Y./ José Eduardo As contas transitórias são utilizadas para o registro do fluxo contábil. Determinadas contas contábeis não apresentam saldo “zero” por natureza da operação. As contas que deveriam apresentar “saldo zero” estão em análise para regularização. Data: 30/06/2017
DS	DS	9	Ausência de segregação de função entre desenvolvedores e transportadores para o ambiente produtivo do SAP. Para o sistema SAP, identificamos 7 usuários com perfis para desenvolvimento e transporte ao ambiente de produção (ausência de segregação de função). Adicionalmente, não existe uma política de mudança de programa formalizada, detalhando como deve ser o fluxo do processo.	A ausência de segregação de funções no processo de Gestão de Mudança pode ocasionar nos seguintes impactos: -Risco de erros relacionados à	Recomendamos que sejam implementados procedimentos de forma que as atividades de desenvolvimento e transporte ao ambiente de produção sejam executadas de maneira segregada. Caso não seja possível efetuar esta divisão,	Área: Auditoria Interna Realização de estudo para revisão dos perfis de acessos – não há data definida para solução.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Classificação		Nº	Observação	Possível Impacto	Recomendação	Comentário e plano da administração
Dez/16	Jun16					
			BLAKE (Black Dennis Matthews); CLAUDIAI (Claudia Andressa Nakamura); COLTURI (Sebastian Omar Colturi); FELIPEBT (Felipe Bueno Tenorio); JULIANOF (Juliano Farrah); LUMAP (Luma Cristina Muto Polo); MARIODS (Mario dos Santos).	ausência de validações prévias para transferência ao ambiente de produção. A inexistência de segregação de funções aumenta o risco de ocorrerem desvios ao procedimento padrão e necessário para realização de alterações no sistema. -Risco de fraudes relacionadas a alterações indevidas nas aplicações.	implementar controles detectivos de forma a reduzir os riscos (exemplo: implementar controle de monitoramento das atividades desempenhadas por estes usuários, revisão de logs, etc.). Adicionalmente, recomendamos formalização da política de Gestão de Mudanças.	

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam.

Não há também expectativas sobre a redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos descritos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes referente aos Riscos de Mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

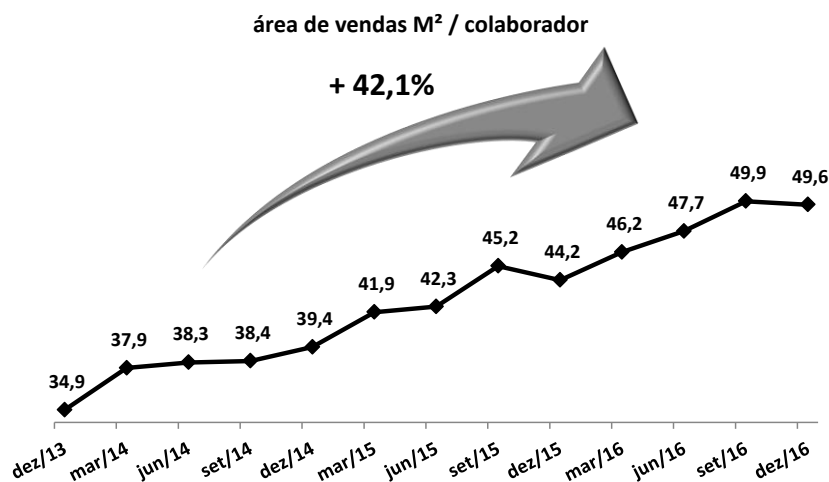
O ambiente macroeconômico presente neste exercício elevou o nível de desafio de expansão de vendas e margem das operações de varejo em todo o país. Ao longo de todo o ano, a Companhia enfrentou um ambiente competitivo bastante agressivo em preço e promoções. A dificuldade de voltar a expandir margem bruta de mercadorias mostrou-se clara no decorrer do primeiro semestre do ano. A partir do terceiro trimestre, a Companhia passou a mostrar os primeiros sinais de melhora em sua margem bruta de mercadorias através de um movimento de maior qualidade de coleção, exposição em loja e logística. Tal melhora foi intensificada no decorrer do quarto trimestre quando a margem bruta de mercadorias passou a reagir positivamente a todos estes fatores de forma mais intensa.

No ano de 2016, a receita líquida consolidada totalizou R\$5.921,7 milhões, 7,5% maior que os R\$5.507,3 milhões apurados em 2015. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.601,2 milhões em 2016), pela receita líquida do Midway Mall (R\$63,9 milhões em 2016) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.256,6 milhões em 2016).

No decorrer de 2016, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.574,2 milhões, um crescimento de 7,5% frente aos R\$3.326,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2015. A margem bruta consolidada totalizou 60,4%, se mantendo estável em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Em 2016, as despesas operacionais excluindo o impacto do INSS cresceram 7,6%, totalizando R\$2.180,3 milhões, ou 36,8% da receita líquida consolidada.

No ano de 2016 as despesas operacionais sem o impacto da reoneração da folha de pagamento por m² caíram 0,4%, enquanto as despesas por loja reduziram 1,5% em relação a 2015. A boa performance das despesas operacionais é reflexo do forte controle de despesas e do resultado do projeto de ganho de produtividade realizado nas lojas desde o início de 2014. O gráfico a seguir ilustra a evolução da produtividade conquistada no período através do indicador “metros quadrados de área de venda por colaborador”.



EBITDA Ajustado totalizou R\$723,4 milhões, 5,2% abaixo do apurado no mesmo período de 2015. A margem EBITDA Ajustada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 17,0% (12,2% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia). A reoneração da folha de pagamento reduziu a margem EBITDA Ajustada em 1,6 p.p. no 12M16 com impacto no EBITDA de aproximadamente R\$59,6 milhões.

O desempenho apresentado no ano é consequência da alavancagem operacional que no cenário de performance flat das vendas em mesmas lojas e de leve retração da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

marginem bruta de mercadorias pressionou o EBITDA anual mesmo com um eficiente controle de despesas operacionais e com uma melhora significativa do desempenho da operação financeira no período.

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ R\$317,6 milhões em 2016, 9,3% abaixo dos R\$350,2 milhões apurados em 2015. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 7,5% (5,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 8,6% (6,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2015.

Ao final de dezembro de 2016, as disponibilidades atingiram R\$953,3 milhões. Os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1.959,9 milhões, dos quais R\$548,3 milhões correspondem a financiamentos captados junto ao BNDES. Sendo assim, a Companhia encerrou o ano de 2016 com endividamento líquido de R\$1.006,6 milhões.

No ano de 2015, a receita líquida consolidada totalizou R\$5.507,3 milhões, 16,5% maior que os R\$4.728,1 milhões apurados em 2014. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.380,3 milhões em 2015), pela receita líquida do Midway Mall (R\$58,8 milhões em 2015) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.068,2 milhões em 2015).

No decorrer de 2015, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.326,2 milhões, um crescimento de 14,5% frente aos R\$2.904,0 milhões apurados no mesmo período do ano de 2014. A margem bruta consolidada totalizou 60,4%, 1,0 p.p. abaixo dos 61,4% registrados no mesmo período do ano anterior.

As despesas com vendas cresceram 13,3%, totalizando R\$1.563,0 milhões. Já as despesas gerais e administrativas atingiram R\$516,3 milhões no 12M15, 16,3% acima dos R\$443,7 milhões apurados no mesmo período do ano anterior.

Ao somar as despesas administrativas com as despesas com vendas, o crescimento apresentado foi de 14,0% atingindo R\$2.079,3 milhões, ou 37,8% da receita líquida ante 38,6% referente ao mesmo período de 2014. O leve crescimento de despesas verificado no período é consequência do forte controle orçamentário, do projeto ganho de produtividade, das despesas relativas às lojas novas inauguradas no decorrer de 2015, do crescimento das tarifas de energia elétrica, das despesas relacionadas à logística e, também, do redesenho da área comercial.

Em 2015, as despesas operacionais por m² cresceram apenas 2,7%, enquanto as despesas operacionais por loja caíram 1,3% em relação a 2014.

No ano de 2014, a receita líquida consolidada totalizou R\$4.728,1 milhões, 16,2% maior que os R\$4.069,1 milhões apurados em 2013. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$925,7 milhões em 2014), pela receita líquida do Midway Mall (R\$54,2 milhões em 2014) e pela receita líquida de mercadorias (R\$3.748,3 milhões em 2014).

O EBITDA Ajustado consolidado totalizou R\$888,9 milhões em 2014 ante R\$780,5 milhões registrados em 2013, representando um crescimento de 13,9%. A margem EBITDA ajustada consolidada sobre receita líquida de mercadorias atingiu 23,7% em 2014.

Ao final de dezembro de 2014, as disponibilidades atingiram R\$561,2 milhões. Os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1.155,7 milhões, dos quais R\$631,6 milhões correspondem a financiamentos captados junto ao BNDES. Sendo assim, a Companhia encerrou o ano de 2014 com endividamento líquido de R\$594,5 milhões, 101,3% acima dos R\$295,3 milhões relativos a 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Indicadores	2016	2015	2014
Índice de liquidez corrente	1,6	1,5	2,2
Índice de liquidez geral	1,3	1,3	1,4
Índice de endividamento	115%	107%	87%
Retorno sobre o Ativo Total	4%	5%	8%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	9%	10%	15%

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A administração acredita que a estrutura de capital da Companhia está alinhada com o negócio e com sua estratégia de crescimento.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a capacidade de continuidade das operações oferecendo retorno aos acionistas e as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, remodelação das lojas existentes, centros logísticos e, também, em suas plataformas tecnológicas.

Estrutura de Capital	2016		2015		2014	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Capital de Terceiros - Passivo Circulante	3.045,3	40%	2.715,6	39%	1.643,3	28%
Capital de Terceiros - Exigível a Longo Prazo	1.059,1	14%	864,1	12%	1.057,2	18%
Total Capital de Terceiros	4.104,4	53%	3.579,7	51%	2.700,5	46%
Capital Próprio - Patrimônio Líquido	3.576,4	47%	3.390,1	49%	3.175,8	54%
Total Capital	7.680,8	100%	6.969,8	100%	5.876,3	100%
Índice de Endividamento	114,8%		105,6%		85,0%	

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	2016	2015	2014
Disponibilidades	953.313	589.491	555.115
Empréstimos e Financiamentos	(1.959.901)	(1.522.957)	(1.149.638)
Circulante	(1.083.692)	(772.971)	(206.062)
Não Circulante	(876.208)	(749.986)	(943.576)
Endividamento Líquido	(1.006.587)	(933.466)	(594.523)
Dívida Líquida / EBITDA	1,4	1,2	0,7

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e entende que sua geração de caixa operacional é compatível com o seu planejamento estratégico.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

As fontes de financiamentos dos investimentos utilizados nos projetos da Companhia e de suas controladas costumam ser de própria geração de caixa operacional, mas atualmente estamos utilizando linhas de financiamento do BNDES e também, captação de financiamentos com bancos privados e mercado de capitais.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração acredita que a disponibilidade de caixa e recursos de capital próprio são suficientes para cumprir com as obrigações da companhia. Caso haja deficiências de liquidez, estas serão cobertas com o próprio caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

f) Níveis de Endividamento e as características de tais dívidas**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes e (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

O saldo total consolidado dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro 2016 apresentado pela companhia foi de R\$1.234,3 milhões, ante R\$1.418,1 milhões em 2015 e R\$1.002,9 milhões em 2014, conforme demonstrado abaixo:

Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	Instituição Financeira	2016	2015	2014
102,00% CDI	Diversos - Midway S.A. CFI	39.427	148.717	59.217
106,00% CDI		83.972	110.447	
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	Diversos - Guararapes	198	306	221
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Lojas Riachuelo	105.656	206.039	328.563
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Lojas Riachuelo	194.441	243.777	220.261
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Lojas Riachuelo	164.145		
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Midway Shopping	222	2.842	5.466
3,50% a.a.		1.027	1.278	
4,50% a.a.	BNDES - Guararapes	89	627	1.165
4,50% a.a.	BNDES - Midway Shopping	8	103	197
4,50% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	516	3.613	6.709
5,00% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	577	941	1.306
5,50% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	8.894	12.128	6.886
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Guararapes	6.630	9.992	14.235
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic		709	872	
3,00% a.a.	BRADESCO - Lojas Riachuelo	36.579	43.092	51.613
3,50% a.a.	SANTANDER - Lojas Riachuelo	544	855	932
3,50% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	25.621	31.422	41.912
4,00% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	911	1.366	1.821
4,00% a.a.	BNDES - Transp. Casa Verde	1.661	2.371	3.080
1,95% a.a. mais variação cambial (*)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	-	-	159.372
1,84% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	-	-	99.902
2,81% a.a. mais variação cambial (*)	ITAU - Lojas Riachuelo	175.641	207.322	-
1,92% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	-	142.228	-
2,57% a.a. mais variação cambial (*)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	-	247.739	-
4,08% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Midway S.A. CFI	136.058	-	-
3,545% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Midway S.A. - CFI	94.446	-	-
4,36% a.a. mais variação cambial (*)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	156.366	-	-
Total		1.234.338	1.418.077	1.002.858

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(*) Empréstimos contratadas pela controlada Lojas Riachuelo S.A. para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro.

(b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia. e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).

(c) Recursos utilizados para o capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.

(d) Recursos utilizados pela controlada Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na construção do Teatro Riachuelo. Os juros apurados durante a construção do teatro foram capitalizados. Após a conclusão da expansão e do teatro, os juros passaram a ser alocados diretamente na despesa financeira.

(e) Recursos liberados à Companhia para a compra de equipamentos para a unidade fabril de Natal e também para a compra de equipamentos no Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na montagem do Teatro Riachuelo.

(f) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o “Call Center” da Lojas Riachuelo.

(g) Recursos utilizados para compra de equipamentos na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.

(h) Financiamento da aquisição de uma nova aeronave através do Banco Bradesco pela controlada Lojas Riachuelo S.A., para tornar mais ágeis as viagens de acompanhamento das novas lojas inauguradas e a inaugurar.

(i) Financiamento das aquisições de paleteiras através do Banco Santander pela controlada Lojas Riachuelo S.A.

(j) Financiamento para aquisição de caminhões para a Lojas Riachuelo e a Transportadora Casa Verde Ltda.

(k) Financiamento de capital de giro na reforma e expansão da rede lojas da controlada Lojas Riachuelo S.A.

Todos os contratos firmados pela Companhia com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2022. Os contratos das controladas com o BNDES e o Sandander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas tem a garantia de Nota Promissória.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Instituições financeiras**

Mutações dos Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	170.658	406.672
Captações	81.380	524.801
Juros	63.784	-
Transferências	140.734	(140.734)
Amortização de Juros	(41.006)	-
Pagamento de principal	(203.431)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	212.119	790.739
Captações	240.792	637.617
Juros	168.286	-
Transferências	846.777	(846.777)
Amortização de Juros	(63.901)	-
Pagamento de principal	(567.575)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	836.498	581.579
Captações	390.214	327.112
Juros	(2.050)	-
Transferências	502.900	(502.900)
Amortização de Juros	(40.412)	-
Pagamento de principal	(858.603)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	828.547	405.791

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo circulante e não circulante estão demonstradas a seguir:

Vencimentos	R\$ Mil
2017	828.467
2018	137.524
2019	108.299
2020	91.213
2021	40.663
2022	2 6.711
2023	1.461
Total	1.234.338

Debêntures

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 10 de junho de 2016, foi aprovado a emissão em 15 de junho de 2016 de debêntures em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória pela controlada Lojas Riachuelo S.A., sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão, amortizável em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos semestrais de juros.

Características da oferta das debêntures

Debêntures	1ª Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	200
Valor total	R\$ 200.000.000,00
Remuneração	118,50% da DI
Pagamento de juros	Semestrais
Data da emissão	15 de junho de 2016
Vencimento	15 de junho de 2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>Moeda Nacional</u>				
<u>Juros de</u>	<u>Instituição Financeira</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
			<u>2016</u>	<u>2015</u>
118,50% do CDI	SAFRA - Lojas Riachuelo	15/06/2019	201.326	-

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	-
Captações	-	200.000
Transferências	66.667	(66.667)
Juros	16.571	-
Amortização de Juros	(15.245)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>67.993</u>	<u>133.333</u>

Os vencimentos da parcela registrada no passivo circulante e não circulante estão demonstrados como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>2016</u>
2017	67.993
2018	66.666
2019	66.667
Total	<u>201.326</u>

Certificados de recebíveis imobiliários

Em 26 de julho de 2016 a Companhia emitiu certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com vencimento em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

<u>Juros de</u>	<u>Instituição Financeira</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
			<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
99,5% do CDI	GAIA Securitizadora	12/08/2021	154.978	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição	Controladora e
	Consolidado
	31/12/2016
Certificados de recebíveis imobiliários	150.000
(-) Gastos com CRI a amortizar	(3.780)
Gastos amortizados	315
Juros sobre CRI	8.443
Total	154.978
Circulante	34.978
Não Circulante	120.000

Os vencimentos da parcela registrada no passivo circulante e não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	Posição em
	31/12/2016
2.017	37.686
2.018	29.323
2.019	29.323
2.020	29.323
2.021	29.323
Total	154.978

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário)

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - “covenants” para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos “covenants”, e estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada(*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2016 a margem EBITDA Adaptada era de 15,55%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2016 a relação era de 13,04%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2016 a liquidez corrente era de 1,57.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos “covenants”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos é próximo ao seu saldo contábil, uma vez, que o impacto do desconto não é significativo.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em relação ao financiamento captado junto ao BNDES, os limites de utilização dos financiamentos estão apresentados na tabela a seguir.

Financiamento BNDES - R\$ Mil	2016	2015	2014
Utilizado	1.168.404	1.011.941	978.827
Não utilizado	368.618	525.080	558.195

Todos os contratos firmados com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2022.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Demonstração dos Resultados Consolidados:**

Resultado Operacional (R\$ Mil)	2016	AV %	2015	AV %	Var. 16 / 15	2014	AV %	Var. 15 / 14
Receita Líquida	5.921.650	100,0%	5.507.306	100,0%	7,5%	4.728.129	100,0%	16,5%
Receita Líquida - Mercadorias	4.256.573	71,9%	4.068.245	73,9%	4,6%	3.748.307	79,3%	8,5%
Receita Líquida - Midway Financeira	1.601.207	27,0%	1.380.307	25,1%	16,0%	925.656	19,6%	49,1%
Receita Líquida - Midway Mall	63.870	1,1%	58.754	1,1%	8,7%	54.166	1,1%	8,5%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.347.425)	-39,6%	(2.181.132)	-39,6%	7,6%	(1.824.129)	-38,6%	19,6%
CPV - Mercadorias	(2.087.949)	-35,3%	(1.991.101)	-36,2%	4,9%	(1.687.673)	-35,7%	18,0%
Custos - Midway Financeira	(259.476)	-4,4%	(190.031)	-3,5%	36,5%	(136.456)	-2,9%	39,3%
Custos - Midway Mall	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Lucro Bruto	3.574.225	60,4%	3.326.174	60,4%	7,5%	2.904.001	61,4%	14,5%
Lucro Bruto - Mercadorias	2.168.624	36,6%	2.077.144	37,7%	4,4%	2.060.634	43,6%	0,8%
Lucro Bruto - Midway Financeira	1.341.731	22,7%	1.190.276	21,6%	12,7%	789.201	16,7%	50,8%
Lucro Bruto - Midway Mall	63.870	1,1%	58.754	1,1%	8,7%	54.166	1,1%	8,5%
Margem Bruta	60,4%		60,4%		0,0 p.p.	61,4%		-1,0 p.p.
Margem Bruta - Mercadorias	50,9%		51,1%		-0,1 p.p.	55,0%		-3,9 p.p.
Margem Bruta - Midway Financeira	83,8%		86,2%		-2,4 p.p.	85,3%		1,0 p.p.
Despesas com Vendas	(1.704.695)	-28,8%	(1.562.969)	-28,4%	9,1%	(1.379.891)	-29,2%	13,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(638.559)	-10,8%	(516.289)	-9,4%	23,7%	(443.739)	-9,4%	16,3%
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(630.767)	-10,7%	(572.336)	-10,4%	10,2%	(266.386)	-5,6%	114,9%
Despesas de Depreciação e Amortização	(267.032)	-4,5%	(232.388)	-4,2%	14,9%	(190.853)	-4,0%	21,8%
Outras receitas (despesas) operacionais	70.459	1,2%	31.861	0,6%	121,1%	9.502	0,2%	235,3%
EBIT	403.633	6,8%	474.053	8,6%	-14,9%	632.634	13,4%	-25,1%
Receitas (Despesas) Financeiras	(128.138)	-2,2%	(94.762)	-1,7%	35,2%	(29.805)	-0,6%	217,9%
Resultado Antes de Tributação	275.495	4,7%	379.291	6,9%	-27,4%	602.829	12,7%	-37,1%
Provisão para IR e CSLL	42.057	0,7%	(29.076)	-0,5%	n.m.	(122.719)	-2,6%	-76,3%
Lucro/Prejuízo Líquido	317.551	5,4%	350.215	6,4%	-9,3%	480.110	10,2%	-27,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanco Patrimonial Consolidado:**

Ativo	2016	AV %	2015	AV %	Var. 16/15	2014	AV %	Var. 15/14
Ativo Circulante	4.736.523	61,7%	4.131.788	59,3%	14,6%	3.563.606	60,6%	15,9%
Disponibilidades	953.313	12,4%	589.491	8,5%	61,7%	555.115	9,4%	6,2%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0,0%	63.528	0,9%	n.m.	6.057	0,1%	n.m.
Contas a Receber de Clientes	1.649.276	21,5%	1.529.986	22,0%	7,8%	1.441.022	24,5%	6,2%
Contas a Receber de Clientes Bandeira	1.060.976	13,8%	968.567	13,9%	9,5%	661.885	11,3%	46,3%
Estoques	662.271	8,6%	744.888	10,7%	-11,1%	774.084	13,2%	-3,8%
Impostos Diferidos ou a Recuperar	347.493	4,5%	154.522	2,2%	124,9%	99.731	1,7%	54,9%
Outros créditos	63.194	0,8%	80.807	1,2%	-21,8%	25.713	0,4%	214,3%
Realizável a Longo Prazo	646.260	8,4%	453.917	6,5%	42,4%	207.048	3,5%	119,2%
Impostos Diferidos ou a Recuperar	627.924	8,2%	438.882	6,3%	43,1%	193.942	3,3%	126,3%
Depósitos Judiciais e Outros	18.336	0,2%	15.035	0,2%	22,0%	13.106	0,2%	14,7%
Ativo Permanente	2.298.065	29,9%	2.384.101	34,2%	-3,6%	2.105.649	35,8%	13,2%
Investimentos	192.131	2,5%	199.094	2,9%	-3,5%	206.296	3,5%	-3,5%
Imobilizado	1.993.129	25,9%	2.082.115	29,9%	-4,3%	1.832.482	31,2%	13,6%
Intangível	112.805	1,5%	102.892	1,5%	9,6%	66.871	1,1%	53,9%
Ativo Total	7.680.849	100,0%	6.969.805	100,0%	10,2%	5.876.303	100,0%	18,6%

Passivo	2016	AV %	2015	AV %	Var. 16/15	2014	AV %	Var. 15/14
Passivo Circulante	3.045.311	39,6%	2.715.554	39,0%	12,1%	1.643.301	28,0%	65,2%
Fornecedores	453.885	5,9%	502.447	7,2%	-9,7%	256.775	4,4%	95,7%
Empréstimos e Financiamentos	828.547	10,8%	836.498	12,0%	-1,0%	212.119	3,6%	294,4%
Debêntures	67.993	0,9%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Empréstimos CRI - Certif Receb Imobiliários	34.978	0,5%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Instrumentos Financeiros Derivativos	152.174	2,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Dividendos e JCP a Pagar	79.505	1,0%	118.112	1,7%	-32,7%	115.821	2,0%	2,0%
Salários, Provisões e Contribuições Sociais	253.696	3,3%	212.142	3,0%	19,6%	226.067	3,8%	-6,2%
Impostos, Taxas e Contribuições	340.305	4,4%	333.713	4,8%	2,0%	286.631	4,9%	16,4%
Obrigações com administradoras de cartões	565.952	7,4%	634.031	9,1%	-10,7%	470.585	8,0%	34,7%
Demais Contas a Pagar	268.275	3,5%	78.611	1,1%	241,3%	75.303	1,3%	4,4%
Exigível a Longo Prazo	1.059.102	13,8%	864.143	12,4%	22,6%	1.057.230	18,0%	-18,3%
Empréstimos e Financiamentos	405.791	5,3%	581.578	8,3%	-30,2%	790.739	13,5%	-26,5%
Debêntures	133.333	1,7%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Empréstimos CRI - Certif Receb Imobiliários	120.000	1,6%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Impostos e Contribuições	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Provisões para passivos eventuais	176.185	2,3%	104.655	1,5%	68,3%	103.673	1,8%	0,9%
Empréstimos com partes relacionadas	217.084	2,8%	168.408	2,4%	28,9%	152.836	2,6%	10,2%
Outros	6.708	0,1%	9.501	0,1%	-29,4%	9.981	0,2%	-4,8%
Patrimônio Líquido	3.576.436	46,6%	3.390.108	48,6%	5,5%	3.175.773	54,0%	6,7%
Capital Social Realizado	3.100.000	40,4%	2.900.000	41,6%	6,9%	2.600.000	44,2%	11,5%
Reservas de Lucro	329.683	4,3%	338.629	4,9%	-2,6%	419.862	7,1%	-19,3%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	146.753	1,9%	151.479	2,2%	-3,1%	155.911	2,7%	-2,8%
Passivo Total	7.680.849	100,0%	6.969.805	100,0%	10,2%	5.876.303	100,0%	18,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício de 2016 comparado com o exercício de 2015

Receita Líquida Consolidada

No ano de 2016, a receita líquida consolidada totalizou R\$5.921,7 milhões, 7,5% maior que os R\$5.507,3 milhões apurados em 2015. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.601,2 milhões em 2016), pela receita líquida do Midway Mall (R\$63,9 milhões em 2016) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.256,6 milhões em 2016).

Lucro Bruto

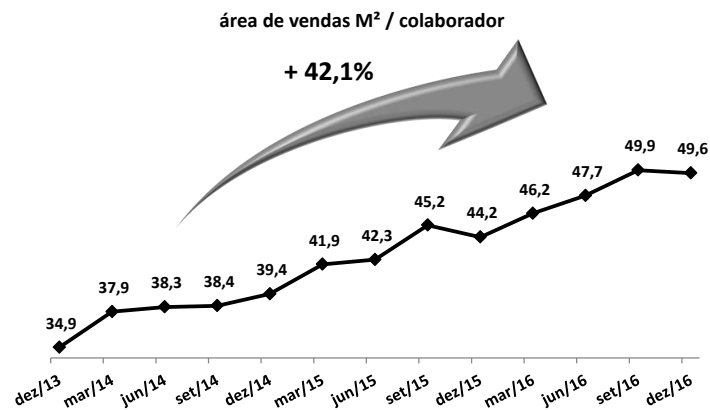
No decorrer de 2016, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.574,2 milhões, um crescimento de 7,5% frente aos R\$3.326,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2015. A margem bruta consolidada totalizou 60,4%, se mantendo estável em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Excluindo os efeitos da Midway Financeira e do Midway Mall, a margem bruta consolidada de mercadorias atingiu 50,9%, com queda de 0,1 p.p. no período.

Despesas Operacionais

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2016, as despesas operacionais excluindo o impacto do INSS cresceram 7,6%, totalizando R\$2.180,3 milhões, ou 36,8% da receita líquida consolidada.

No ano de 2016 as despesas operacionais sem o impacto da reoneração da folha de pagamento por m² caíram 0,4%, enquanto as despesas por loja reduziram 1,5% em relação a 2015. A boa performance das despesas operacionais é reflexo do forte controle de despesas e do resultado do projeto de ganho de produtividade realizado nas lojas desde o início de 2014. O gráfico a seguir ilustra a evolução da produtividade conquistada no período através do indicador “metros quadrados de área de venda por colaborador”.



Resultado Operacional

Em 2016, o EBITDA Ajustado totalizou R\$723,4 milhões, 5,2% abaixo do apurado no mesmo período de 2015. A margem EBITDA Ajustada sobre a receita líquida de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mercadorias atingiu 17,0% (12,2% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia).

O desempenho apresentado no ano é consequência da alavancagem operacional que no cenário de performance flat das vendas em mesmas lojas e de leve retração da margem bruta de mercadorias pressionou o EBITDA anual mesmo com um eficiente controle de despesas operacionais e com uma melhora significativa do desempenho da operação financeira no período. A recuperação de créditos fiscais também amenizou esta pressão apresentada no EBITDA. Vale destacar, porém, a forte recuperação de margem bruta de mercadoria apresentada no último trimestre (+3,0p.p. em relação ao 4T15).

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$317,6 milhões em 2016, 9,3% abaixo dos R\$350,2 milhões apurados em 2015. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 7,5% (5,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 8,6% (6,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2015.

Análise do Balanço Patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo:

Disponibilidades

Ao final de dezembro de 2016, as disponibilidades atingiram R\$953,3 milhões, 61,7% superior aos R\$589,5 milhões de 2015. Este aumento é proveniente da melhora da geração de caixa do período, da captação através de linhas de financiamento junto a bancos privados e através do mercado de capitais.

Contas a Receber

O saldo de Contas a Receber totalizou R\$2.710,2 milhões em 2016, registrando um aumento de 8,5% em relação a 2015, que totalizou R\$2.498,6 milhões. Este aumento se deve ao crescimento das operações de celulares, da maior participação do cartão embandeirado e da manutenção da participação do cartão Riachuelo nas vendas da Companhia.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$662,3 milhões em 31 de Dezembro de 2016, representando uma queda de 11,1% quando comparado a 2015. Esta queda é decorrente do forte controle dos estoques que encerrou o exercício de 2016 em 114 dias ante 135 dias de 2015, contribuindo de forma positiva para uma melhora significativa do ciclo financeiro e geração de caixa do grupo.

Imobilizado

O saldo de Imobilizado totalizou R\$1.993,1 milhões em 2016, representando uma queda de 4,3% em relação a 2015, que registrou o total de R\$2.082,1 milhões. Esta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

redução é reflexo da decisão da Companhia de reduzir o nível de investimentos em ativos fixos em virtude de um cenário econômico ainda muito desafiador. No ano de 2016, os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$178,0 milhões ante R\$480,6 milhões relativos ao mesmo período de 2015. Do montante investido neste período, R\$153,4 milhões (86%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$47,9 milhões alocados no processo de abertura de novas lojas, R\$28,9 milhões nos centros de distribuição e R\$12,8 milhões para o projeto celular.

Considerações sobre as principais contas do Passivo:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de fornecedores totalizou R\$453,9 milhões, 9,7% inferior aos R\$502,5 milhões apresentados em 2015.

O desempenho apresentado no período é reflexo da manutenção dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores nacionais e internacionais e do aumento da operação de celulares.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, em 31 de Dezembro de 2016, totalizou R\$1.234,3 milhões, uma queda de 13,0% em relação aos R\$1.418,1 milhões de 2015. A melhora apresentada é reflexo da maior geração de caixa realizada no período.

Considerações sobre o Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido

A companhia encerrou 2016 com um saldo de Patrimônio Líquido de R\$3.576,4 milhões, representando um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior, que totalizou R\$3.390,1 milhões. Este crescimento se deve a retenção dos lucros gerados em 2016, destinados às contas de reserva para investimentos e reserva legal.

Exercício de 2015 comparado com o exercício de 2014

Receita Líquida Consolidada

No ano de 2015, a receita líquida consolidada totalizou R\$5.507,3 milhões, 16,5% maior que os R\$4.728,1 milhões apurados em 2014. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.380,3 milhões em 2015), pela receita líquida do Midway Mall (R\$58,8 milhões em 2015) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.068,2 milhões em 2015).

Lucro Bruto

No decorrer de 2015, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.326,2 milhões, um crescimento de 14,5% frente aos R\$2.904,0 milhões apurados no mesmo período do ano de 2014. A margem bruta consolidada totalizou 60,4%, 1,0 p.p. abaixo dos 61,4% registrados no mesmo período do ano anterior.

Excluindo os efeitos da Midway Financeira e do Midway Mall, a margem bruta consolidada de mercadorias atingiu 51,1%, com queda de 3,9 p.p. no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Operacionais

No ano de 2015, as despesas com vendas cresceram 13,3%, totalizando R\$1.563,0 milhões. Já as despesas gerais e administrativas atingiram R\$516,3 milhões no 12M15, 16,3% acima dos R\$443,7 milhões apurados no mesmo período do ano anterior.

Ao somar as despesas administrativas com as despesas com vendas, o crescimento apresentado foi de 14,0% atingindo R\$2.079,3 milhões, ou 37,8% da receita líquida ante 38,6% referente ao mesmo período de 2014. O leve crescimento de despesas verificado no período é consequência do forte controle orçamentário, do projeto ganho de produtividade, das despesas relativas às lojas novas inauguradas no decorrer de 2015, do crescimento das tarifas de energia elétrica, das despesas relacionadas à logística e, também, do redesenho da área comercial.

Em 2015, as despesas operacionais por m² cresceram apenas 2,7%, enquanto as despesas operacionais por loja caíram 1,3% em relação a 2014.

Resultado Operacional

Em 2015, o EBITDA Ajustado totalizou R\$763,0 milhões, 14,2% abaixo do apurado no mesmo período de 2014. A margem EBITDA Ajustada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 18,8% (13,9% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia).

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$350,2 milhões em 2015, 27,1% abaixo dos R\$480,1 milhões apurados em 2014. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 8,6% (6,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 12,8% (10,2% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2014.

Análise do Balanço Patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo:

Disponibilidades

Ao final de dezembro de 2015, as disponibilidades atingiram R\$589,5 milhões, 55,1% superior aos R\$555,1 milhões de 2014. Este aumento é proveniente da geração de caixa do período, da captação de recursos junto ao BNDES e, também, de linhas de financiamento junto a bancos privados.

Contas a Receber

O saldo de Contas a Receber totalizou R\$2.498,6 milhões em 2015, registrando um aumento de 18,8% em relação a 2014, que totalizou R\$2.102,9 milhões. Este aumento se deve ao ritmo de expansão de lojas dos últimos anos, da maior participação do cartão embandeirado e do aumento da participação do cartão Riachuelo nas vendas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques

Os estoques totalizaram R\$744,9 milhões em 31 de Dezembro de 2015, representando uma queda de 3,8% quando comparado a 2014. Esta queda é decorrente do forte patamar de demarcações durante o ano de 2015, que fez com que o nível do estoque recuasse para os patamares de 2013 (em dias de estoque), contribuindo de forma positiva para uma melhora significativa do ciclo financeiro e geração de caixa do grupo.

Imobilizado

O saldo de Imobilizado totalizou R\$2.082,1 milhões em 2015, representando um aumento de 13,6% em relação a 2014, que registrou o total de R\$1.832,5 milhões. No ano de 2015, os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$483,2 milhões ante R\$358,8 milhões relativos ao mesmo período de 2014. Do montante investido neste período, R\$459,7 milhões (95%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$190,5 milhões alocados no processo de abertura de novas lojas e outros R\$177,8 milhões nos centros de distribuição.

Considerações sobre as principais contas do Passivo:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de fornecedores totalizou R\$502,5 milhões, 95,7% superior aos R\$256,8 milhões apresentados em 2014.

A melhora apresentada no período é reflexo do aumento dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores nacionais e internacionais.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, em 31 de Dezembro de 2015, totalizou R\$1.418,1 milhões, com aumento de 41,4% em relação aos R\$1.002,9 milhões de 2014. Este aumento é reflexo da captação de recursos junto ao BNDES e, também, da captação de financiamentos junto a bancos privados.

Considerações sobre o Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido

A companhia encerrou 2015 com um saldo de Patrimônio Líquido de R\$3.390,1 milhões, representando um aumento de 6,7% em relação ao ano anterior, que totalizou R\$3.175,8 milhões. Este crescimento se deve a retenção dos lucros gerados em 2015, destinados às contas de reserva para investimentos e reserva legal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício de 2014 comparado com o exercício de 2013

Receita Líquida Consolidada

A receita líquida consolidada totalizou R\$4.728,1 milhões, 16,2% maior que os R\$4.069,1 milhões apurados em 2013. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$925,7 milhões em 2014, com crescimento de 27,2%% em relação a 2013), pela receita líquida do Midway Mall (R\$54,2 milhões em 2014, 12,6% maior que o realizado em 2013) e pela receita líquida de mercadorias (R\$3.748,3 milhões em 2014, 13,8% superior aos R\$ 3.293,1 milhões de 2013).

Lucro Bruto

Em 2014, o lucro bruto consolidado alcançou R\$2.904,0 milhões, um crescimento de 20,1% frente aos R\$2.417,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2013. A margem bruta consolidada totalizou 61,4%, 2,0 p.p. acima dos 59,4% registrados no mesmo período do ano anterior.

Excluindo os efeitos da Midway Financeira e do Midway Mall, a margem bruta consolidada de mercadorias atingiu 55,0% em 2014, com crescimento de 0,1 p.p. acima dos 54,9% registrados no mesmo período de 2013.

Despesas Operacionais

Em 2014, as despesas com vendas cresceram 21,3%, totalizando R\$1.379,9 milhões. Já as despesas gerais e administrativas atingiram R\$443,7 milhões em 2014, 21,5% acima dos R\$365,2 milhões apurados no mesmo período do ano anterior.

Ao somar as despesas administrativas com as despesas com vendas, o crescimento apresentado foi de 21,3%, atingindo R\$1.823,6 milhões, ou 38,6% da receita líquida ante 36,9% referente ao mesmo período de 2013. O crescimento de despesas verificado no período é consequência de um maior volume de despesas relativas às lojas novas inauguradas no decorrer de 2014.

Em 2014, as despesas operacionais por m² cresceram apenas 4,7%, enquanto as despesas operacionais por loja apresentaram queda de 1,4% em relação a 2013.

Resultado Operacional

Em 2014, o EBITDA Ajustado consolidado totalizou R\$888,9 milhões no período ante R\$780,5 milhões registrados em 2013, representando um crescimento de 13,9%. A margem EBITDA ajustada consolidada sobre receita líquida de mercadorias atingiu 23,7% em 2014.

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$480,1 milhões em 2014, 14,2% maior que os R\$420,6 milhões apurados em 2013. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 12,8%, em linha com o apurado no mesmo período de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise do Balanço Patrimonial consolidado****Considerações sobre as principais contas do Ativo:****Disponibilidades**

Ao final de dezembro de 2014, as disponibilidades atingiram R\$561,2 milhões, 36,9% superior aos R\$409,9 milhões de 2013. Este aumento é proveniente da geração de caixa do período, da captação de recursos junto ao BNDES e, também, de linhas de financiamento junto a bancos privados.

Contas a Receber

O saldo de Contas a Receber totalizou R\$2.102,9 milhões em 2014, registrando um aumento de 38,1% em relação a 2013, que totalizou R\$1.522,3 milhões. Este aumento se deve ao ritmo de expansão de lojas dos últimos anos, da maior participação do cartão embandeirado e da manutenção da participação do cartão Riachuelo nas vendas da Companhia.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$774,1 milhões em 31 de Dezembro de 2014, representando um crescimento 38,6% quando comparado a 2013. Este crescimento é decorrente do ritmo de expansão da Companhia e do aumento do volume de importados no mix de produtos para atender a coleções de outono/inverno. No decorrer de todo o ano, 100% da produção da Guararapes foi destinada à Riachuelo.

Imobilizado

O saldo de Imobilizado totalizou R\$1.832,5 milhões em 2014, representando um aumento de 9,7% em relação a 2013, que registrou o total de R\$1.670,5 milhões. No ano de 2014, os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$358,8 milhões ante R\$391,0 milhões relativos ao mesmo período de 2013. Do montante investido neste período, R\$330,9 milhões (92%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$243,8 milhões alocados no processo de abertura de novas lojas e outros R\$30,1 milhões no processo de remodelação de filiais.

Considerações sobre as principais contas do Passivo:**Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de fornecedores totalizou R\$256,8 milhões, 5,1% superior aos R\$244,4 milhões apresentados em 2013.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, em 31 de Dezembro de 2014, totalizou R\$1.002,9 milhões, com aumento de 73,7% em relação aos R\$577,3 milhões de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Este aumento é reflexo da captação de recursos junto ao BNDES e, também, da captação de financiamentos junto a bancos privados.

Considerações sobre o Patrimônio Líquido:**Patrimônio Líquido**

A companhia encerrou 2014 com um saldo de Patrimônio Líquido de R\$3.175,8 milhões, representando um aumento de 12,3% em relação ao ano anterior, que totalizou R\$2.829,1 milhões. Este crescimento se deve a retenção dos lucros gerados em 2014, destinados às contas de reserva para investimentos e reserva legal.

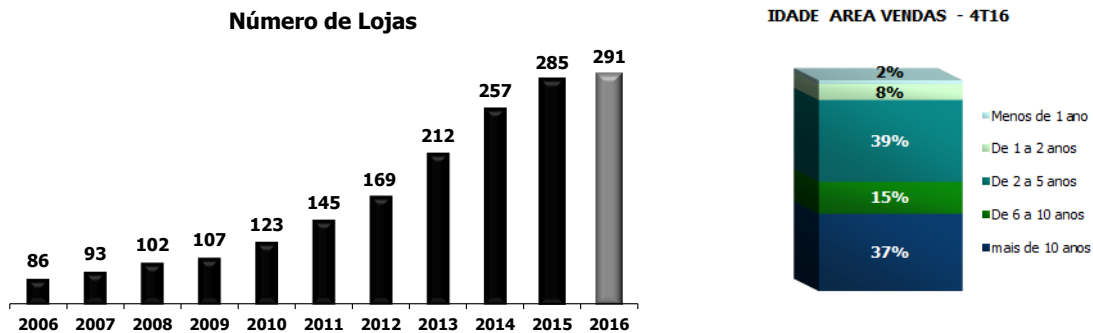
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

As receitas da companhia provêm do varejo, através da venda de mercadorias da Riachuelo, das operações financeiras como vendas parceladas, seguros e empréstimo pessoal administrados pela Midway Financeira e serviços, pela receita de locação de lojas através da Midway Shopping.

A Riachuelo manteve seu processo de expansão ao inaugurar 6 lojas em 2016, encerrando o exercício com 291 lojas em operação. Sendo assim, de 2005 ao final de 2015, a Companhia aumentou sua área de vendas em 256%, adicionando 443 mil m² no período.

O processo de expansão reflete o objetivo da Riachuelo de conquistar novos mercados e consolidar suas posições regionais por meio da inauguração e remodelação de unidades. Vale lembrar que o período de maturação de uma nova loja é de aproximadamente cinco anos, o que torna tais áreas um elemento relevante na definição do ritmo de crescimento das vendas da Companhia. Ao final do quarto trimestre de 2016, a Riachuelo contava com 47% de sua área de vendas com idade entre um e cinco anos.



No ano de 2016, a receita líquida consolidada totalizou R\$5.921,7 milhões, 7,5% maior que os R\$5.507,3 milhões apurados em 2015. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.601,2 milhões em 2016), pela receita líquida do Midway Mall (R\$63,9 milhões em 2016) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.256,6 milhões em 2016).

No decorrer de 2016, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.574,2 milhões, um crescimento de 7,5% frente aos R\$3.326,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2015. A margem bruta consolidada totalizou 60,4%, se mantendo estável em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Excluindo os efeitos da Midway Financeira e do Midway Mall, a margem bruta consolidada de mercadorias atingiu 50,9%, com queda de 0,1 p.p. no período.

O quadro a seguir demonstra os resultados do grupo referente aos três últimos exercícios:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado Operacional (R\$ Mil)	2016	AV %	2015	AV %	Var. 16 / 15	2014	AV %	Var. 15 / 14
Receita Líquida	5.921.650	100,0%	5.507.306	100,0%	7,5%	4.728.129	100,0%	16,5%
Receita Líquida - Mercadorias	4.256.573	71,9%	4.068.245	73,9%	4,6%	3.748.307	79,3%	8,5%
Receita Líquida - Midway Financeira	1.601.207	27,0%	1.380.307	25,1%	16,0%	925.656	19,6%	49,1%
Receita Líquida - Midway Mall	63.870	1,1%	58.754	1,1%	8,7%	54.166	1,1%	8,5%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.347.425)	-39,6%	(2.181.132)	-39,6%	7,6%	(1.824.129)	-38,6%	19,6%
CPV - Mercadorias	(2.087.949)	-35,3%	(1.991.101)	-36,2%	4,9%	(1.687.673)	-35,7%	18,0%
Custos - Midway Financeira	(259.476)	-4,4%	(190.031)	-3,5%	36,5%	(136.456)	-2,9%	39,3%
Custos - Midway Mall	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Lucro Bruto	3.574.225	60,4%	3.326.174	60,4%	7,5%	2.904.001	61,4%	14,5%
Lucro Bruto - Mercadorias	2.168.624	36,6%	2.077.144	37,7%	4,4%	2.060.634	43,6%	0,8%
Lucro Bruto - Midway Financeira	1.341.731	22,7%	1.190.276	21,6%	12,7%	789.201	16,7%	50,8%
Lucro Bruto - Midway Mall	63.870	1,1%	58.754	1,1%	8,7%	54.166	1,1%	8,5%
Margem Bruta	60,4%		60,4%		0,0 p.p.	61,4%		-1,0 p.p.
Margem Bruta - Mercadorias	50,9%		51,1%		-0,1 p.p.	55,0%		-3,9 p.p.
Margem Bruta - Midway Financeira	83,8%		86,2%		-2,4 p.p.	85,3%		1,0 p.p.

Em 2016, EBITDA Ajustado totalizou R\$723,4 milhões, 5,2% abaixo do apurado no mesmo período de 2015. A margem EBITDA Ajustada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 17,0% (12,2% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia).

Reconciliação do EBITDA (R\$ Mil)	2016	2015	Var. 16/15	2014	Var. 15/14	2013	Var. 14/13
Lucro Líquido	317.551	350.215	-9,3%	480.110	-27,1%	420.584	14,2%
(+) Provisão para IR e CSLL	(42.057)	29.076	n.m.	122.719	-76,3%	115.761	6,0%
(+) Resultado Financeiro	128.138	94.762	35,2%	29.805	217,9%	35.458	-15,9%
(+) Depreciação e Amortização (Despesa + Custo)	286.063	250.767	14,1%	211.522	18,6%	174.743	21,0%
EBITDA	689.696	724.820	-4,8%	844.156	-14,1%	746.546	13,1%
(+) Incentivo Fiscal de IR	33.727	38.173	-11,6%	44.701	-14,6%	33.939	31,7%
EBITDA Ajustado*	723.423	762.993	-5,2%	888.856	-14,2%	780.486	13,9%
Margem EBITDA Ajustada s/ Rec. Líq.	12,2%	13,9%	-1,6 p.p.	18,8%	-4,9 p.p.	19,2%	-0,4 p.p.
Margem EBITDA Ajustada s/ Rec. Líq. Merc.	17,0%	18,8%	-1,8 p.p.	23,7%	-5,0 p.p.	23,7%	0,0 p.p.

**Em linha com a Instrução CVM 527 a Companhia passa a fazer a reconciliação do EBITDA conforme dita a referida Instrução, isto é, EBITDA = lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Ainda em acordo com a Instrução, parágrafo 4º, optamos por utilizar o EBITDA AJUSTADO por entender que o ajuste referente ao "Incentivo Fiscal de IR" contribui para a geração bruta de caixa da Companhia, já que não representa uma saída de caixa.*

O desempenho apresentado é consequência da performance das vendas em mesmas lojas; da retomada do crescimento da margem bruta de mercadorias; do eficiente controle de despesas operacionais que vem sendo realizado nos últimos anos, pelo aumento dos encargos da folha de pagamento, pela recuperação de créditos fiscais e, também, da melhora do desempenho da operação financeira no trimestre.

O lucro líquido consolidado atingiu R\$317,6 milhões em 2016, 9,3% abaixo dos R\$350,2 milhões apurados em 2015. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 7,5% (5,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 8,6% (6,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2015. Além dos elementos mencionados anteriormente, o lucro líquido foi adicionalmente impactado de forma positiva por recuperação de créditos fiscais na linha de imposto de renda.

Lucro Líquido (R\$ Mil)	2016	2015	Var. 16/15	2014	Var. 15/14
Lucro Líquido	317.551	350.215	-9,3%	480.110	-27,1%
Margem Líquida s/ Rec. Líq.	5,4%	6,4%	-1,0 p.p.	10,2%	-3,8 p.p.
Margem Líquida s/ Rec. Líq. Merc.	7,5%	8,6%	-1,1 p.p.	12,8%	-4,2 p.p.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A receita da Companhia é diretamente impactada por alterações no volume de vendas, pelo aumento no número de lojas, pela diferenciação dos seus produtos e pela modificação nos níveis gerais de preços que poderão reduzir o poder de compra do consumidor.

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda, onde o ciclo de vida dos produtos é extremamente curto, o que dificulta a comparação de preços entre os períodos.

Sendo assim, ainda que o índice de inflação (IPCA) tenha atingido 6,8% em 2016, 10,67% em 2015, 6,41% em 2014, este não pode ser considerado o principal impacto do aumento das receitas de vendas apresentados pela Companhia.

A receita líquida consolidada de mercadorias atingiu R\$4.728,1 milhões em 2014, com evolução de 14,8% sobre 2013, no ano de 2015 a receita líquida consolidada de mercadorias alcançou R\$5.507,3 milhões, 16,5% acima do apurado em 2014 e no ano de 2016, tal receita cresceu 7,5% ante 2015, totalizando R\$5.921,7 milhões. Esses crescimentos devem-se, principalmente, a melhora do desempenho das coleções, ao aumento do número de lojas nos últimos anos e ao processo de maturação das novas unidades.

Resultado Operacional (R\$ Mil)	2016	AV %	2015	AV %	Var. 16 / 15	2014	AV %	Var. 15 / 14
Receita Líquida	5.921.650	100,0%	5.507.306	100,0%	7,5%	4.728.129	100,0%	16,5%
Receita Líquida - Mercadorias	4.256.573	71,9%	4.068.245	73,9%	4,6%	3.748.307	79,3%	8,5%
Receita Líquida - Midway Financeira	1.601.207	27,0%	1.380.307	25,1%	16,0%	925.656	19,6%	49,1%
Receita Líquida - Midway Mall	63.870	1,1%	58.754	1,1%	8,7%	54.166	1,1%	8,5%

c) Impacto da inflação, na variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio, e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode afetar os resultados operacionais da companhia, através de um aumento nos custos dos insumos das mercadorias, podendo impactar o preço final de venda.

Variações na taxa de câmbio e na taxa de juros também podem afetar de maneira positiva ou negativa os resultados operacionais e financeiros da companhia. Flutuações na taxa de câmbio afetam os custos dos insumos e produtos importados gerando impactos na margem bruta da companhia. Já as alterações nas taxas de juros afetam o custo do capital e a propensão ao consumo de nossos clientes.

A Companhia entende que melhorias nos processos e a consolidação do modelo integrado (Indústria e Varejo) propiciam alternativas para neutralizar eventuais impactos negativos causados pela inflação, taxa de juros e câmbio.

Desta forma, as receitas da Companhia apresentaram crescimentos nos últimos anos, conforme quadro a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado Operacional (R\$ Mil)	2016	AV %	2015	AV %	Var. 16 / 15	2014	AV %	Var. 15 / 14
Receita Líquida	5.921.650	100,0%	5.507.306	100,0%	7,5%	4.728.129	100,0%	16,5%
Receita Líquida - Mercadorias	4.256.573	71,9%	4.068.245	73,9%	4,6%	3.748.307	79,3%	8,5%
Receita Líquida - Midway Financeira	1.601.207	27,0%	1.380.307	25,1%	16,0%	925.656	19,6%	49,1%
Receita Líquida - Midway Mall	63.870	1,1%	58.754	1,1%	8,7%	54.166	1,1%	8,5%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.347.425)	-39,6%	(2.181.132)	-39,6%	7,6%	(1.824.129)	-38,6%	19,6%
CPV - Mercadorias	(2.087.949)	-35,3%	(1.991.101)	-36,2%	4,9%	(1.687.673)	-35,7%	18,0%
Custos - Midway Financeira	(259.476)	-4,4%	(190.031)	-3,5%	36,5%	(136.456)	-2,9%	39,3%
Custos - Midway Mall	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Lucro Bruto	3.574.225	60,4%	3.326.174	60,4%	7,5%	2.904.001	61,4%	14,5%
Lucro Bruto - Mercadorias	2.168.624	36,6%	2.077.144	37,7%	4,4%	2.060.634	43,6%	0,8%
Lucro Bruto - Midway Financeira	1.341.731	22,7%	1.190.276	21,6%	12,7%	789.201	16,7%	50,8%
Lucro Bruto - Midway Mall	63.870	1,1%	58.754	1,1%	8,7%	54.166	1,1%	8,5%
Margem Bruta	60,4%		60,4%		0,0 p.p.	61,4%		-1,0 p.p.
Margem Bruta - Mercadorias	50,9%		51,1%		-0,1 p.p.	55,0%		-3,9 p.p.
Margem Bruta - Midway Financeira	83,8%		86,2%		-2,4 p.p.	85,3%		1,0 p.p.

O resultado financeiro da Companhia nos últimos exercícios manteve-se alinhado com sua estrutura de capital. As receitas financeiras são compostas, principalmente, pelos rendimentos das aplicações financeiras enquanto as despesas financeiras são oriundas, em sua maior parte, dos juros dos recursos captados junto ao BNDES e outras instituições financeiras.

Resultado Financeiro	2016	2015	Var. 15/14	2014	Var. 15/14	2013	Var. 14/13
Receitas Financeiras	231.088	212.285	8,9%	70.469	201,2%	42.190	67,0%
Rendimentos aplicações financeiras	83.523	53.148	57,2%	38.391	38,4%	24.940	53,9%
Juros ativos	16.214	9.613	68,7%	7.136	34,7%	5.063	40,9%
Descontos obtidos	863	15.429	-94,4%	11.983	28,8%	8.238	45,5%
Ganhos Derivativos	96.803	128.005	-24,4%	6.057	2013,3%	-	n.m.
Outras receitas financeiras	33.685	6.090	453,1%	6.902	-11,8%	3.949	74,8%
Despesas Financeiras	(359.226)	(307.047)	17,0%	(100.274)	206,2%	(77.648)	29,1%
Juros sobre financiamento	(109.725)	(84.168)	30,4%	(64.194)	31,1%	(53.654)	19,6%
Juros passivos	(36.462)	(36.620)	-0,4%	(20.251)	80,8%	(18.567)	9,1%
Tarifas bancárias	(6.961)	(3.562)	95,4%	(1.896)	87,9%	(1.358)	39,6%
Variação Cambial	(187.596)	(169.710)	10,5%	(11.941)	1321,2%	(3.417)	249,5%
Outras despesas financeiras	(18.482)	(12.987)	42,3%	(1.992)	552,0%	(652)	205,5%
Total	(128.138)	(94.762)	35,2%	(29.805)	217,9%	(35.458)	-15,9%

O saldo total consolidado de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro 2016 apresentado pela companhia foi de R\$1.234,3 milhões, ante R\$1.418,1 milhões em 2015 e R\$1.002,9 milhões em 2014, conforme demonstrado a seguir.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	Instituição Financeira	2016	2015	2014
102,00% CDI	Diversos - Midway S.A. CFI	39.427	148.717	59.217
106,00% CDI		83.972	110.447	
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	Diversos - Guararapes	198	306	221
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Lojas Riachuelo	105.656	206.039	328.563
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Lojas Riachuelo	194.441	243.777	220.261
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Lojas Riachuelo	164.145		
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Midway Shopping	222	2.842	5.466
3,50% a.a.		1.027	1.278	
4,50% a.a.	BNDES - Guararapes	89	627	1.165
4,50% a.a.	BNDES - Midway Shopping	8	103	197
4,50% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	516	3.613	6.709
5,00% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	577	941	1.306
5,50% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	8.894	12.128	6.886
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	BNDES - Guararapes	6.630	9.992	14.235
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic		709	872	
3,00% a.a.	BRADESCO - Lojas Riachuelo	36.579	43.092	51.613
3,50% a.a.	SANTANDER - Lojas Riachuelo	544	855	932
3,50% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	25.621	31.422	41.912
4,00% a.a.	BNDES - Lojas Riachuelo	911	1.366	1.821
4,00% a.a.	BNDES - Transp. Casa Verde	1.661	2.371	3.080
1,95% a.a. mais variação cambial (*)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	-	-	159.372
1,84% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	-	-	99.902
2,81% a.a. mais variação cambial (*)	ITAU - Lojas Riachuelo	175.641	207.322	-
1,92% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	-	142.228	-
2,57% a.a. mais variação cambial (*)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	-	247.739	-
4,08% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Midway S.A. CFI	136.058	-	-
3,545% a.a. mais variação cambial (*)	SANTANDER - Midway S.A. - CFI	94.446	-	-
4,36% a.a. mais variação cambial (*)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	156.366	-	-
Total		1.234.338	1.418.077	1.002.858

Debêntures

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 10 de junho de 2016, foi aprovado a emissão em 15 de junho de 2016 de debêntures em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória pela controlada Lojas Riachuelo S.A., sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão, amortizável em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos semestrais de juros.

Características da oferta das debêntures

Debêntures	1ª Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	200
Valor total	R\$ 200.000.000,00
Remuneração	118,50% da DI
Pagamento de juros	Semestrais
Data da emissão	15 de junho de 2016
Vencimento	15 de junho de 2019

<u>Moeda Nacional</u>	<u>Instituição Financeira</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
Juros de			<u>2016</u>	<u>2015</u>
118,50% do CDI	SAFRA - Lojas Riachuelo	15/06/2019	201.326	-

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas

	Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	-
Captações	-	200.000
Transferências	66.667	(66.667)
Juros	16.571	-
Amortização de Juros	(15.245)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>67.993</u>	<u>133.333</u>

Os vencimentos da parcela registrada no passivo circulante e não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	2016
2017	67.993
2018	66.666
2019	66.667
Total	<u>201.326</u>

Covenants

Manter o do Índice Financeiro igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

- I. “Índice Financeiro” significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2016 em diante;
- II. “Dívida Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário líquido das operações de *hedge* (*swap*); (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e
- III. “EBITDA ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, “Incentivo Fiscal de IR”, considerando que a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao “Incentivo Fiscal de IR” contribui para a geração bruta de caixa, já que não representa uma saída de caixa.

O índice apurado em 31 de dezembro 2016 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo foi de 1,39, estando inferior ao máximo pactuado.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Certificados de recebíveis imobiliários**

Em 26 de julho de 2016 a Companhia emitiu certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com vencimento em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

<u>Juros de</u>	<u>Instituição Financeira</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
			<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
99,5% do CDI	GAIA Securitizadora	12/08/2021	154.978	-

<u>Descrição</u>	<u>Controladora e Consolidado 31/12/2016</u>
Certificados de recebíveis imobiliários	150.000
(-) Gastos com CRI a amortizar	(3.780)
Gastos amortizados	315
Juros sobre CRI	8.443
Total	<u>154.978</u>
Circulante	34.978
Não Circulante	120.000

Os vencimentos da parcela registrada no passivo circulante e não circulante estão demonstrados como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Posição em 31/12/2016</u>
2.017	37.686
2.018	29.323
2.019	29.323
2.020	29.323
2.021	29.323
Total	<u>154.978</u>

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades durante os anos 2014, 2015 ou 2016 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante durante os anos de 2014, 2015 ou 2016 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no decorrer dos anos de 2014, 2015 ou 2016 com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos no 08/Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2012-2014

. CPC 19/IFRS 11 Negócios em Conjunto - As aquisições de participação em uma operação conjunta em que as atividades da operação conjunta constituem-se em um negócio devem ser contabilizadas aplicando-se os princípios de combinação de negócios, a menos que conflitem com o CPC 19/IFRS 11.

. CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado e CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível - Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclarece também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

. CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.

. CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados - Traz orientação complementar com relação à determinação da taxa de desconto para obrigações pós-emprego. Dentre outros aspectos, a alteração esclarece que onde não houver mercado ativo para instrumentos privados categorizados como de baixo risco high quality bonds, títulos governamentais devem ser utilizados para a determinação da taxa de desconto.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

. CPC 33 / IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário.

. CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.

. CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas: esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

. CPC 22/IFRS 8 – Informações por segmento: aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para o Grupo

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

. Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.

. Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

. OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

. Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Essencialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes nos anos de 2016, 2015 e 2014.

Em relação à divulgação dos exercícios de 2016, 2015 e 2014 não houve ênfase pelos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicadores, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

c.1) Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu o complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2016 no montante de R\$ 61.810 (R\$ 82.594 em 2015), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

d) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa 23, presente nas Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2016. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota Explicativa 25.3, presente nas Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2016, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

g) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

h) Vida útil do imobilizado

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Nos três últimos exercícios (2014, 2015 e 2016), não foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia, itens relevantes que não aparecem nos balanços patrimoniais tais como: arrendamento mercantil, carteiras recebíveis baixadas cujo risco e responsabilidade pertençam a Companhia e contrato de futura compra/venda de produtos ou serviços.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos anos de 2014, 2015 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Tendo em vista a não evidenciação de itens relevantes nas Demonstrações Financeiras, os diretores não tem nada a comentar sobre este item.

- b) natureza e o propósito da operação**

Tendo em vista a não evidenciação de itens relevantes nas Demonstrações Financeiras, os diretores não tem nada a comentar sobre este item.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Tendo em vista a não evidenciação de itens relevantes nas Demonstrações Financeiras, os diretores não tem nada a comentar sobre este item.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a) Investimentos**

Em 2016, os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$178,0 milhões ante R\$480,5 milhões relativos ao mesmo período de 2015. Do montante investido neste período, R\$153,4 milhões (86%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$47,9 milhões alocados no processo de abertura de novas lojas e outros R\$28,9 milhões nos Centros de Distribuição.

Investimentos (R\$ Milhões)	12M16	(%)	12M15	(%)	12M14	(%)
Lojas Novas	47,9	27%	190,5	40%	243,8	68%
Remodações	12,6	7%	12,0	2%	30,1	8%
TI	12,6	7%	29,3	6%	29,3	8%
Reformas Gerais	20,0	11%	24,8	5%	13,3	4%
Projeto Celular	12,8	7%	-			
Centros de Distribuição	28,9	16%	192,5	40%	2,6	1%
Outros	18,7	10%	7,8	2%	11,9	3%
Total Riachuelo	153,4	86%	457,0	95%	330,9	92%
Guararapes	24,6	14%	23,5	5%	27,9	8%
Total	178,0	100%	480,5	100%	358,8	100%

De maneira consolidada, o Plano de Investimentos da Companhia contempla o processo de expansão do varejo, novo Centro Logístico localizado em Guarulhos e todos os demais investimentos relativos às operações do Grupo e é estimado em R\$200 milhões no ano de 2017.

As fontes de financiamentos dos investimentos utilizados nos projetos da Companhia e de suas controladas costumam ser de própria geração de caixa operacional, de linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas (BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e, também, financiamentos com bancos privados.

Abaixo segue o orçamento do capital a ser aprovado na AGO de 26 de abril de 2017.

Orçamento de Capital - R\$	2017
- Investimentos nas Lojas Riachuelo S.A.	170.000.000,00
- Aquisição de máquinas e equipamentos	20.000.000,00
- Reforço do capital de giro	20.000.000,00
Total	210.000.000,00

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Com o intuito de dar continuidade ao plano de expansão, em 2016 a Companhia inaugurou 6 novas unidades. O processo de expansão reflete o objetivo da Riachuelo de conquistar novos mercados e consolidar suas posições regionais através da inauguração e remodelação de lojas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**Lojas inauguradas em 2016:**

Novas Lojas 2016	Inauguração	Área de Vendas (m²)
1 - Criciúma/SC - Nações Shopping	16 de abril de 2016	1.849
2 - Goiânia/GO - Shopping Cerrado	26 de abril de 2016	1.410
3 - Porto Alegre/RS - Shopping Iguatemi Porto Alegre	27 de abril de 2016	1.711
4 - Nova Iguaçu/RJ - Shopping Nova Iguaçu	28 de abril de 2016	2.360
5 - Fortaleza/CE - Shopping RioMar Presidente Kennedy	26 de outubro de 2016	2.071
6 - Juiz de Fora/MG - Halfeld	10 de novembro de 2016	733
Total Área de Vendas 2016		10.134
Área Média Lojas 2016		1.689

c) Novos produtos e serviços

A Riachuelo iniciou a operação de e-commerce em abril de 2017. O projeto foi desenvolvido ao longo de dois anos, contemplando as técnicas de comercialização online mais inovadoras disponíveis atualmente. A plataforma de e-commerce já nasce com 15 mil itens à venda, o mesmo volume disponibilizado nas lojas físicas da companhia. A nova operação foi planejada em linha com o conceito da omnicanalidade, o que significa que os universos on e off-line estarão totalmente integrados.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.